



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

ERNESTO GEISEL

DISCURSOS

VOLUME I

1974

ASSESSORIA DE IMPRENSA E RELAÇÕES PÚBLICAS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1975

ERNESTO GEISEL

DISCURSOS

VOLUME I

1974

**ASSESSORIA DE IMPRENSA E RELAÇÕES PÚBLICAS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Fevereiro de 1975

NOTA

DESTE "VOLUME 1" DOS DISCURSOS DO PRESIDENTE ERNESTO GEISEL FOI FEITA UMA 1ª EDIÇÃO EM ABRIL DE 1974, INCLUINDO ATÉ O DÉCIMO ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO, MATERIAL QUE ESTÁ INCLUÍDO NESTA 2ª EDIÇÃO DEFINITIVA.

DISCURSO DE TRANSMISSÃO DO CARGO
DE PRESIDENTE DA PETROBRAS (APENAS
INTRODUÇÃO).

RIO DE JANEIRO, 11 DE JULHO DE 1973.

Transmito nesta data a Presidência da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS — ao Exmo. Sr. Almirante Floriano Peixoto Faria Lima, nomeado para esse cargo por decreto presidencial de 6 do corrente. Na oportunidade, transmito-lhe, também, os cargos de Presidente da Petrobrás Química S. A. — PETROQUISA — e da Petrobrás Internacional S. A. — BRASPETRO — que, em virtude de disposições estatutárias, são inerentes àquele.

Após ter exercido durante mais de três anos e meio a Presidência da PETROBRÁS, dela me afasto agora por ter sido indicado, como é do conhecimento público, para servir em outro posto, pelo eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici, na sua qualidade de superior dirigente das forças que representam a Revolução de Março de 1964. Este posto — devo declarar — não o desejei, mas não me foi possível recusá-lo. O encargo de presidir a Nação é

missão que não se postula, mas a cuja aceitação tampouco se pode egoisticamente opor uma negativa. Tive que me render à imposição de um dever, nisto seguindo, convictamente, o exemplo do próprio Presidente Médici, em circunstâncias análogas. (...)

DISCURSO PERANTE A CONVENÇÃO
NACIONAL DA ARENA.

BRASÍLIA, 15 DE SETEMBRO DE 1973.

Falando por mim e por delegação, também, de meu prezado companheiro e amigo Ministro Adalberto Pereira dos Santos, agradeço a aclamação de nossos nomes, por esta Convenção Nacional da ARENA, para compor a chapa partidária às próximas eleições presidenciais.

Agradeço, do mesmo modo, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pela extraordinária honra que nos dá, fazendo-se aqui representar pelos Excelentíssimos Senhores Ministros Alfredo Buzaid e João Leitão de Abreu, e agradeço, ainda, a Vossas Excelências Senhores Ministros de Estado e Senhores Governadores que se dignaram comparecer a este ato e, assim, testemunhando-o, dão realce ainda maior a seu alto significado para a vida de nossa Pátria.

A Vossa Excelência, Senhor Deputado Aureliano Chaves, que vem de nos saudar em nome dos ilustres convencionais, tributo o peñhor de nosso reconhecimento pelas benévolas

referências de seu discurso às nossas pessoas e pelo augúrio otimista de acerto e valia à nossa futura ação governamental.

A calorosa acolhida que nos dispensa o órgão superior do Partido da Revolução, aqui reunido em solene conclave, acresce a responsabilidade, já de si mesma enorme, que tomamos conscientemente sobre nós, ao concordar na nossa indicação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, chefe legítimo de nosso Partido e expressão máxima da vontade revolucionária, o eminente General Emílio Garrastazu Médici.

Ao findar-se, quase, esta década revolucionária que o movimento de 1964 inaugurou, transformadas, ao longo do tempo, as múltiplas incertezas das primeiras horas num plano-mestre coerente para criação perseverante e entusiasta da grande nação que sonhamos legar a nossos filhos, mais avulta, ainda, essa responsabilidade que recai sobre os que ora se vêem, imperiosamente, convocados para a missão de conduzir os rumos futuros do país, após vários anos de marcantes e indiscutíveis êxitos que assinalaram a dedicação e os beneméritos esforços da numerosa plêiade de ilustres homens públicos que a Revolução, com Castello Branco, Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, soube mobilizar para esta extraordinária obra de edificação nacional.

Em Deus que tudo pode, esperamos humildemente, com fé, não defraudar a honrosa confiança em nós depositada, nem frustrar generosos anseios e justas esperanças, olhos postos no bem-estar crescente do povo brasileiro e na maior grandeza da Pátria.

Não temos quaisquer compromissos de ordem pessoal. Nossos deveres são todos com a Nação — o país e o povo que tudo merecem — no sentido de governar dentro do espírito que norteia a Revolução, cujos ideais tão bem estão consubstanciados na carta de princípios da Aliança Renovadora Nacional.

Não vos trago, desde logo, um novo programa de governo, inteiriço e acabado, nem sequer simples esboço. Descabido seria fazê-lo, prematuro e pretensioso, daquela pretensão de poder tudo e de tudo saber, em que costumam soçobrar as melhores intenções e os impulsos mais altruístas.

Um programa de governo deve ser objetivo e meditado, exigindo análise isenta e profunda da realidade, avaliação judiciosa do muito que já foi feito e do que ainda resta, multiplicadamente, por fazer-se; opção entre alternativas válidas; definição de prioridades; consideração limitativa e alocação dos recursos, técnicas e instrumentos disponíveis. É obra de planejamento, é fruto de estudo acurado, é tarefa coletiva de

equipe, que demanda tempo e não dispensa o acesso a informações minuciosas, fidedignas e atualizadas.

Tal programa, no entanto, deverá inspirar-se, antes de tudo o mais, numa filosofia de governo, obedecer a uma estratégia para o desenvolvimento da nação, adotar certos princípios metodológicos como guia seguro ao processo decisório e à própria ação governamental.

A fórmula «Desenvolvimento e Segurança», ampliando, afinal, e atualizando, ao estilo semântico dos novos tempos, o expressivo lema de nossa bandeira, constitui a essência doutrinária da Revolução de 1964, como tem sido muitas vezes repisado e longamente enfatizado, embora perdurem dúvidas e incompreensões quanto ao entendimento justo de ambos os conceitos e ao relacionamento que estreitamente os enlaça. E, em particular, quando se chega a entrever, naquele lema essencialmente dialético, o absurdo confinamento ideal das forças armadas ao âmbito restrito da Segurança Nacional — como se este não fora da responsabilidade, também, de toda a cidadania civil e como se, por outro lado, não se devesse à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica muito do que se tem realizado, de longa data, e ainda ora se realiza, no amplo setor do desenvolvimento do país — indústrias, estradas, transportes, comunicações, educação e o mais que seja. Nem se olvide que a elas cabe profundo reconhecimento por terem

sabido, em hora terrível da nacionalidade, violentarem-se a si mesmas, em sua básica formação disciplinar e hierárquica, para, coesas, restabelecer a ordem, salvar as instituições e criar a estrutura política e social que propiciou o clima em que viceja, pujante, o atual progresso do país, e por terem, pela vigilância persistente e penosa atuação ulterior, preservado essas realizações, contra todas as investidas da subversão.

A segurança nacional longe está, na verdade, de ser apenas segurança militar, escudada nas armas. Em sentido mais amplo é, realmente, a capacidade moral, espiritual e material de um povo em sobrepor-se às forças antagônicas que lhe tolham o caminho do desenvolvimento, do bem-estar e da grandeza. É evidente que, sem segurança, não haverá como promover-se o desenvolvimento, mas, de outro lado, é também evidente que certo grau de desenvolvimento seja imprescindível à própria segurança nacional, sem que esta, entretanto, venha a ser elevada a um plano superior ao daquele. O desenvolvimento tem indiscutível dominância, de todo essencial, enquanto a segurança constitui simples condicionamento seu que, em situação de crise, pode todavia assumir, transitoriamente, posição predominante.

Cabe a ênfase, portanto, ao desenvolvimento nacional — desenvolvimento para o homem e para seu grupo social — o homem inserido simbioticamente no seu contexto social,

o grupo visando, em última análise, ao bem-estar dos indivíduos que o integram e vivificam.

Sob o lema «Desenvolvimento e Segurança» e adotando uma estratégia que se fundamenta no caráter essencialmente integrado do desenvolvimento social e que saiba guiar as opções no tempo e no espaço e entre vários domínios de aplicação, entre campos e setores diversos, a doutrina de nossa revolução completa-se com uma metodologia para a ação, necessariamente baseada na «austeridade» e na «honestidade de propósitos» e caracterizada pela «racionalidade».

Buscando interpretar, na sua essência e em sua hierarquia, as genuínas aspirações do povo brasileiro e reconhecendo-as como superiores valores sociais, aos quais lhes cumpria ajustar a ação do Estado, souberam os governantes revolucionários dar um tratamento racional à gestão da coisa pública. E, sem dúvida, a maior contribuição da Revolução de 64 ao estilo da política governamental tem sido o uso de toda a racionalidade possível, no processo de decisão, no planejamento metódico, na execução e controle da ação. Se isso, por si, não assegura o acerto e o êxito, reduz em muito a possibilidade de erros e fracassos, oferecendo meios de oportunos reajustamentos e correções.

Por isso mesmo, os governos revolucionários, sem exceção, timbraram em valorizar a técnica e, juntamente com o político — o homem

votado pelo povo por seu mérito e capacidade de persuasão, — valorizar o técnico — o homem escolhido pelo administrador por sua especialização e competência.

Nessa ordem de idéias, tenciono, de fato, seguir as grandes linhas das programações levadas a efeito pelos três últimos governos, notadamente as do atual, com o propósito básico de assegurar a melhor continuidade de ação, ao longo da ampla avenida de progresso revolucionário que tão corajosamente vem sendo rasgada.

É meu propósito, pois, levar avante, inicialmente, a execução do I Plano Nacional de Desenvolvimento, aprovado pela ARENA por seus representantes no Congresso e cuja vigência, inclusive ampliações nele introduzidas, se estende ao ano de 1974.

Esse plano, convém recordar:

— tem em vista desenvolver integralmente a Nação, criando uma economia moderna, competitiva e dinâmica e realizando democracia econômica, social, racial e política, consoante à índole brasileira;

— fixa metas estratégicas setoriais altamente significativas de educação, saúde e saneamento, agricultura-abastecimento, desenvolvimento científico e tecnológico, indústrias básicas, mineração, energia elétrica, petróleo, rodovias, navegação, comunicações, habitação e

desenvolvimento urbano, e dá extraordinário valor ao esforço de integração, seja na dimensão regional, com o PIN, o PROTERRA, o PRODOESTE e o PROVALE, seja na dimensão social com o PIS, o PASEP e o PRORURAL;

— tem como pressupostos: a ampla disseminação dos resultados do progresso, alcançando todas as classes de renda e todas as regiões; a transformação social, para modernizar as instituições, acelerar o crescimento, distribuir melhor a renda e manter uma sociedade aberta; a estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob regime democrático; a segurança nacional, interna e externa.

Nossa ação futura deverá ser a de prosseguir na mesma trilha, obedecendo a essa mesma filosofia de governo, a essa mesma estratégia de desenvolvimento integrado e a essa mesma metodologia racional, alicerçando o êxito, em grande parte, na continuidade.

Nos primeiros meses do novo governo, dar-se-á forma ao projeto do "II Plano Nacional de Desenvolvimento", a ser submetido à aprovação do Poder Legislativo para vigorar a partir do ano de 1975. Certamente conterà inovações, ditadas pelas circunstâncias e, sobretudo, possibilitadas pela evolução, pelos resultados gradativamente alcançados e que poderão permitir ao governo novas opções.

O êxito das realizações nacionais, como todo êxito, não traz em si mesmo a fragilidade

das coisas necessariamente perecíveis, mas cria, intrinsecamente, novos problemas ou dilemas, por vezes mais difíceis ainda. É tanto mais quanto maior for o dinamismo do processo de mudança social.

Um país como o Brasil que ora queima etapas em seu desenvolvimento acelerado e poderoso, saído já do rol indiferenciado das nações subdesenvolvidas, mas ainda por ingressar no círculo restrito das sociedades mais afluentes, terá fatalmente, em sua marcha ascensional, como companheiras indesejáveis mas inarredáveis, incompreensões e desconfianças.

Senso de responsabilidade como grande nação adulta cuja voz já se faz ouvir, espírito de sadia colaboração, aberto aos problemas ecumênicos da paz e do progresso, convicção do dever de participar, também, da ajuda mútua entre os povos, crença na solidariedade continental que se alicerça no imperativo geográfico e na história de vários séculos — devem inspirar-lhe o roteiro a seguir, neste mundo intranquilo e perplexo de nossos dias. Mundo em rearticulação crítica para novo sistema multipolar de equilíbrio de forças, sob a ameaça do terror nuclear ainda bipolarizado, e em face do surgimento no cenário, dantes restrito aos Estados-Nações, de novos protagonistas singulares, as grandes empresas multinacionais — cujo potencial para o bem, ou talvez para o mal, ainda não nos é dado avaliar.

Eis por que a segurança é e será, talvez em escala maior, condição essencial ao próprio desenvolvimento da Nação, fundamentando ambos — o desenvolvimento e a segurança — uma política externa responsável.

Por outro lado, aquém fronteiras, ao calor desse progresso efetivo que estimula e a todos contagia, despertam, vivazes, expectativas antes dormidas na estagnação e desesperança do passado. Constituem, sem dúvida, potentes alavancas de motivação ao trabalho e ao processo criador, mas, por mais justas que em si mesmas o sejam, situam-se, normalmente, bem além das possibilidades imediatas ou próximas, sempre limitadas. Preveni-las, aquietá-las, encaminhar-lhes a energia vital num sentido construtivo e mais nobre, impedir que sejam exploradas arditosamente pelos que pretendem subverter as instituições, será, também, um imperativo de segurança que o desenvolvimento, sobretudo quando acelerado, por si próprio requer.

Assim, nessa dupla perspectiva, tanto introspectiva como extroversa, a solidariedade de sentimentos e a união consciente de propósitos em prol da pátria comum, pairando bem acima de quaisquer divergências ocasionais, constituem-se, de fato, no indispensável cimento à integração nacional crescente, sobre a qual nos cabe construir um futuro de grandeza.

A portentosa construção desse futuro realizar-se-á, necessariamente, no quadro do nosso

regime democrático que — convém aqui destacar — obedece, entre outras, às regras fundamentais: do atendimento das aspirações do povo em geral, excluindo o domínio de interesses de indivíduos, grupos, classes ou regiões; da representatividade, com organização partidária de natureza plural; e da substituição periódica do supremo mandatário, o Presidente da República.

Tal regime, contudo, é suscetível de natural desenvolvimento, em decorrência de possibilidades ou necessidades que venham a ser criadas pela segurança e pela evolução social.

No aperfeiçoamento do regime e, pois, das estruturas pertinentes, dever-se-á, entretanto, evitar o mero formalismo, impedir o retorno ao passado condenado e não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe cumpre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros. As modificações necessitam ser realísticas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva, e corresponder incontestavelmente à nossa índole e à vontade política da nação interessada, sobretudo, em que se não quebre o clima de tranqüilidade indispensável ao pleno rendimento de seu labor ordenado e produtivo. Resultarão, basicamente, de progressos que se realizem na educação de nosso povo

e na sua sadia motivação política, tarefa, esta última, dependente, em larga escala, da atividade das organizações partidárias.

Os partidos políticos — tanto do governo como da oposição, cada qual no papel que lhe cumpre desempenhar — são essenciais ao estilo de vida democrático, como veículos exclusivos da participação do povo na organização do poder e como responsáveis pela autenticidade do sistema representativo. À eles cabe, pelos seus princípios e programas, pelas lideranças em todos os níveis de atuação, pela perseverante dedicação à causa pública, pela contínua renovação de valores e oferecimento de oportunidades, particularmente aos jovens, e pelos padrões de comportamento político, concorrer decisivamente para o aperfeiçoamento da estrutura política nacional.

Com estas idéias, que singelamente expressam a suma do pensamento político que me inspirará a ação se eleito pelo voto majoritário do colégio eleitoral, com o endosso decisivo da ARENA, eu vos conclamo à tarefa magnífica da construção nacional que não se pode nem se deve interromper, antes impulsioná-la, decididos; e, através da ARENA, partido líder que empunha a bandeira da nossa Revolução de 64, eu conclamo, em verdade, todos os brasileiros, sem distinção de classes, de credos, de profissão ou de berço, a juntar esforços e confluir

vontades nessa obra criadora em que, segundo a palavra do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici, “a Nação, sem qualquer abalo, continuará, em clima de tranqüilidade social e política, a trabalhar pelo seu progresso, pelo seu bem-estar e pela sua felicidade”.

SAUDAÇÃO AO POVO BRASILEIRO, PELA
TELEVISÃO, EM 15 DE JANEIRO DE 1974,
APÓS A DECISÃO DO COLÉGIO ELEI-
TORAL.

Brasileiros

Ao ser eleito para o exercício da Presidência da República no próximo período governamental, pelo voto de expressiva maioria dos representantes do povo brasileiro que integram o colégio eleitoral, hoje reunido aqui em Brasília, segundo o legítimo processo de eleição indireta — que a Constituição Federal, em sua alta sabedoria, instituiu — sejam minhas primeiras palavras, as de uma mensagem cordial, impregnada de verdade e franqueza, à Nação.

Declaro-me, desde logo, seu servidor número um, em termos da responsabilidade tão ampla quanto árdua que, em plena consciência, assumo.

Repetindo pronunciamento anterior, em Deus que tudo pode, espero humildemente, com fé, não defraudar a honrosa confiança em mim depositada, nem frustrar generosos anseios e justas esperanças e reafirmo que não tenho quaisquer compromissos de ordem pessoal —

meus deveres são todos com a Nação, e meu Governo prosseguirá na diretriz que norteia a Revolução de 64.

À missão recebida dedicarei o máximo de minhas forças e toda a minha capacidade de julgamento e decisão, não permitindo que dela me desviem impulsos quaisquer, por mais generosos, de amizade ou do coração.

Sei que nunca poderei agradar a todos e que, certamente, descontentarei a muitos, tão complexo é o tecido de ideais, interesses e paixões conflitantes em que se estrutura uma nação, sobretudo quando seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior. Votado ao atendimento das aspirações do povo em geral, excluído o domínio de interesses de indivíduos, grupos, classes ou regiões, entendo mesmo que das maiores qualidades de um governante é saber dizer "não" a proposições que lhe pareçam intempestivas ou que, em justa análise, se lhe afigurem ilegítimas. Dever não menor será, por outro lado, o de estar aberto a quaisquer pleitos, sugestões ou críticas construtivas, todas merecedoras de acolhida, para exame imparcial e sereno da verdade que contenham.

Espero que confiem não só em mim, mas também nos que escolherei para auxiliar-me diretamente na pesada tarefa governamental que se me depara, em continuação à extraordinária obra que, há um decênio, se vem realizando neste

país, sem desfalecimentos, nem pausas, muito menos irreparáveis retrocessos. Graças, em larga escala, à clarividência e tenacidade dos governos modernizadores da Revolução, estamos realmente atingindo sólida e ampla base de partida — legado ímpar que receberei das mãos impolutas do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici — e que autoriza, sem devaneios vãos nem autoconvencimento irrealista, antever um porvir, não distante, de grandeza, de paz e de justiça social.

Certo é, entretanto, que o mundo todo, em derredor, começou a enfrentar uma quadra muito difícil da história da humanidade, seja pela crise generalizada no setor da energia que se manifesta, grave, em termos de escassez e de custos desmedidamente acrescidos, com reações em cadeia, para um sem número de matérias-primas e de produtos essenciais, seja pela instabilidade presente no panorama das relações internacionais, tanto no quadro político, ideológico e militar, como no econômico-financeiro, seja, também, pela onda de violência indisciplinada, destruidora e mesmo irracional, que abala os alicerces da sociedade, nos mais variados quadrantes do globo.

O Brasil, evidentemente, não se pode furtar às danosas e múltiplas repercussões desses críticos acontecimentos, partícipe que é, dia a dia mais atuante, no contexto cada vez mais entrelaçado e interdependente da vida internacional.

Não obstante essa situação, sem dúvida difícil, acredito conseguiremos galhardamente transpô-la, já que não é de se lhe prever longa duração em todas aquelas dimensões e, também, graças ao sólido potencial de nossa terra e, principalmente, à capacidade, ora despertada, de nossa gente, de um extremo a outro desta pátria imensa. Caberá apelar, sem sacrifícios excessivos, a um atento e pragmático senso das mais justas prioridades de ação, de forma racional e coerente que não venha a prejudicar o amanhã em troca de benefícios imediatistas, à perseverança, continuidade e realismo na execução coordenada dos planos diretores e a uma conduta austera, inimiga da ostentação e dos desperdícios irresponsáveis. Para tanto, devo confiar largamente nas virtudes nunca desmentidas do povo genuinamente patriota, paciente, trabalhador e tenaz de nossa terra.

Não temo que a desejada eficiência a alcançar pelo meu Governo, contando com a participação vigilante da grande maioria dos brasileiros, possam-na prejudicar reduzidas minorias de descrentes ou apáticos, derrotistas, subversivos ou corruptos.

Exemplar e pronta contenção de qualquer veleidade subversiva ou de qualquer ato de corrupção que venha ao conhecimento do Governo, resguardará — assim o creio — o ambiente de tranqüilidade, de estabilidade social e de ordem pública, indispensável à marcha ascen-

sional do país e que cumpre às autoridades assegurar como um dos seus mais indeclináveis, se bem que penosos deveres.

Por isso, também, nunca poderei dispensar a compreensão de todos os bons brasileiros, os quais, nas reservas profundas de seu civismo e de sua fé nos supremos valores ético-sociais, bem se dão conta do que estabilidade e ordem representam como penhor essencial do progresso e do bem-estar de todo o povo. Pois ordem e estabilidade espero poder garantir-vos, a par da dedicação integral com que me devotarei à missão que, para suprema honra minha, ora me é atribuída, de conduzir este Brasil, tão caro a todos nós, em mais um largo e seguro e decisivo avanço para seus elevados destinos de grande nação, próspera e coesa, generosa e justa.

DISCURSO PROFERIDO NA TRANSMISSÃO DO PODER, EM 15 DE MARÇO DE 1974, NO PALACIO DO PLANALTO.

Exmo. Sr. Presidente Emílio Garrastazu Médici.

Ao receber das mãos dignas de V. Exa. esta simbólica faixa presidencial, sinto-me duplamente honrado, não só pela insigne distinção que me é conferida, de exercer a suprema magistratura da Nação, mas ainda por me caber prosseguir a notável obra de governo que V. Exa., com aplauso geral dos brasileiros, vem de realizar nestes últimos quatro anos portentosos.

A Nação ganhou inabalável confiança em si mesma, avançando a largos passos para seu grande destino que nada mais deterá. A integração territorial, velho sonho intermitente de séculos, afirmou-se definitivamente através de milhares de quilômetros de estradas que rasgaram a hinterlândia quase deserta e demandaram, afoitas, os confins mais longínquos desta pátria imensa.

Laços mais fortes de integração social objetivando aplainar desníveis regionais e injustas disparidades entre grupos sociais diversos, reforçam cada dia mais a solidariedade nacional, das cidades aos campos, desde o Amapá ao Chuí e das barreiras atlânticas ao vasto arco fronteiro do interior distante.

Um projeto nacional de grandeza para a Pátria, alicerçado no binômio indissolúvel do desenvolvimento e da segurança, empolga, em todos os quadrantes, a alma popular e estimula a realizações cada vez mais admiráveis, mesmo que à custa de sacrifícios maiores que se façam acaso mister.

Um sopro de modernização e dinamismo anima arrebatador o povo brasileiro, certo este de que superará, por seu esforço próprio, incansável, por seu patriotismo muitas vezes comprovado e pelo trabalho dignificante e germinador, os desafios da hora presente, as insatisfações que ainda o assaltam, as frustrações que ainda restam do passado.

E a Nação, fiel sempre a quaisquer compromissos voluntariamente assumidos na esfera internacional, dá-se bem conta de suas responsabilidades acrescidas no contexto mundial — e nunca as defraudará.

Eis aí o tonus revigorante que trouxe ao país esta Revolução de 64 que breve completará um decênio criador e que não se esvaiu em pro-

messas vãs, antes demonstrou, com realidades e com números, a que veio realmente, através da obra fecunda que ora ostenta aos olhos todos do mundo. Natural é, portanto, que ela, dramaticamente nascida, como tinha de ser, de um dissenso dilacerador e profundo, enfune agora velas de esperança a um futuro, mais promissor ainda, de generoso consenso nacional em torno do decidido e magnífico propósito da criação de uma grande nação, próspera, soberana e justa — o Brasil de nossos filhos, o Brasil de nossos netos.

Na direção suprema do país, V. Exa., cuja estatura de governante sereno e firme, em sintonia sempre com os anseios populares, ora se incorpora em traços definitivos singulares à história de nossa Pátria, bem como os beneméritos Presidentes revolucionários que o antecederam — Castello Branco na sua exemplaridade austera de estadista, Costa e Silva no seu autêntico perfil de líder humano, resoluto e bom — lançaram as bases sólidas desta grande renovação nacional que é realmente obra, ingente e dignificante, de nosso povo, mas também é, substancialmente, inspiração demiúrgica dos três grandes líderes revolucionários que tão bem souberam encarnar, em sucessão, o ideário todo, mais ou menos indefinido antes, da Revolução de 64.

Que Deus me dê forças a mim, e clarividência e energia, para levar avante esse legado

superior de consciência cívica e de pragmatismo criador, para o bem de nossa Pátria e bem-estar de nosso povo.

Que este, nas reservas genuínas de sua robusta fé patriótica, encontre ânimo cada vez maior para enfrentar os duros embates que nunca faltarão, nesta luta incansável de todos os dias do erguimento de uma grande nação, tal a que esperamos legar às gerações futuras.

E que, entre governo e povo, na comunhão sempre renovada de confiança recíproca, construída na verdade e na franqueza, se forje a mais perfeita sintonia do sentir, do pensar e do querer, essencial à plena concretização de nossos alevantados ideais comuns de brasileiros.

PRIMEIRA REUNIAO MINISTERIAL EM
19 DE MARÇO DE 1974.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da
República,

Excelentíssimos Senhores Ministros:

Esta primeira reunião ministerial é o marco inicial de uma ação de equipe que espero venha a se estender, coordenada e perseverantemente, por todo o nosso período governamental, para o devido cumprimento das pesadas responsabilidades que assumimos.

Entendo que, na ampla e complexa escala da problemática nacional, não cabe atribuição que seja estritamente da responsabilidade única e total de determinado Ministério. Toda ação de governo é hoje necessariamente integrada, em face das repercussões inevitáveis de dependência, mais ou menos estreita, entre os vários setores em que, através de planos, programas e projetos, se desdobra a multiforme atividade — gerencial, promotora ou simplesmente incentivadora — do Governo. Essa realidade indis-

cutível exige máxima coesão da equipe ministerial, assegurada por freqüentes e francas discussões de grupo, em reuniões formais ou informais, dos problemas que a defrontem. Não pode, nem deve haver compartimentações, pois estas, geralmente, são frustrantes e propiciadoras de erros, por vezes irreparáveis.

Estou certo de contar com a total adesão dos Senhores Ministros a este processo de trabalho. De outra parte, não lhes faltará, a qualquer tempo e em tudo que o requerer, a minha interferência coordenadora, exercida pessoalmente ou através de delegação. Em todos os casos, assumirei plena responsabilidade pela decisão final que, de direito e de fato, couber ao Presidente da República.

Em contrapartida à ampla liberdade de debate que assegurarei e espero ver implantada nos vários escalões da administração pública, deve haver, necessariamente, leal e disciplinado acatamento à decisão que afinal for tomada, no momento certo, pelo chefe responsável.

Em pronunciamento público já salientei que a Revolução modernizadora de 1964 fundamenta toda sua doutrina estratégica no binômio do Desenvolvimento e da Segurança, reconhecido desde logo que, em essência, o primeiro é dominante. Em termos mais precisos pode dizer-se que a ação estratégica da Revolução tem sido e continuará a ser exercida de modo a promover,

para a Nação brasileira, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável.

O desenvolvimento de uma Nação é, necessariamente, um desenvolvimento integrado, o que não implica, de forma alguma, progresso linear, paralelo, entre os vários setores, admitindo-se, ao contrário, defasagens impostas por fatores conjunturais e pela sempre limitativa disponibilidade de recursos e, bem assim, por decisão estratégica de avanço mais rápido, a princípio, em setores considerados prioritários. Importa reconhecer, entretanto, que retardos excessivos em qualquer parte da ampla frente da ação governamental acabarão, inevitavelmente, por frear o progresso em todos os outros setores.

De forma semelhante, no quadro da segurança nacional, o processo de seu reforço é também essencialmente integrado, de vez que esse processo é o mesmo do próprio desenvolvimento nacional, aplicado apenas em campo especializado e mais restrito. O mínimo de segurança indispensável resulta, pois, da interação devidamente balanceada dos diferentes graus de segurança alcançados ou desejados, em cada um dos seus setores componentes.

Cabe salientar, ainda, a estreita vinculação que se estabelece entre esses dois processos aqui apresentados distintamente — o do desenvolvi-

mento nacional e o da segurança — ambos integrados nas suas áreas peculiares, mas, também, integrados entre si.

Organicidade, integração e articulação sistemática devem reger, portanto, em todas as atividades do governo, tanto na área do desenvolvimento quanto na esfera mais limitada da segurança nacional. Daí, a exigência de planejamento, programas e projetos integrados, ação governamental integrada e, pois, um Ministério também integrado, coeso e bem coordenado.

Na escolha dos destacados nomes que compõem a minha equipe de governo, levei especialmente em conta o elevado potencial de cada um para o trabalho em grupo e espero não me ter enganado. Quanto a mim, zelarei sempre para que assim funcione o escalão superior do governo, inspirando, de alto a baixo, a praxis administrativa. Estou convicto de que só deste modo, somando energias e livremente confrontando idéias, poderemos dar conta da ingente tarefa que nos foi cometida, de impulsionar este portentoso país, em mais uma etapa, decisiva e larga, de progresso acelerado para seus grandes destinos.

Certo é que recebemos valiosa herança dos governos da Revolução, os quais, nesses últimos dez anos, conseguiram alçar o Brasil a posição de destaque no quadro das novas potências emergentes, com um mercado interno que se

situa entre os dez maiores do mundo ocidental e um Produto Interno Bruto, este ano, da ordem de sessenta e seis bilhões de dólares. Após uma fase de sacrifícios inadiáveis, onde se impuseram como prioridades o combate à inflação, a remodelação das instituições econômicas e a instauração da credibilidade externa e, paralelamente, a criação de um clima de ordem, estabilidade, dedicação ao trabalho e confiança no futuro — passamos a colher índices de desempenho altamente satisfatórios: taxas de crescimento do produto real, desde 1968, entre 9 e 11,5% ao ano; inflação cadente e neutralizada, em suas maiores distorções, pela correção monetária e pelo sistema das minidesvalorizações cambiais; balanços de pagamentos superavitários, permitindo o acúmulo de reservas que, em dezembro de 1973, se elevaram a mais de seis bilhões de dólares.

Principalmente no governo do Presidente Médici, com o alto dinamismo da economia, registraram-se os maiores indicadores de prosperidade da história moderna do país, esperando-se atingir, em 1974, um nível de renda per capita superior a 600 dólares.

A grande expansão e diversificação de nosso setor externo, realizadas nesses dez anos, levou o comércio exterior do Brasil ao valor de doze bilhões de dólares em 1973, o que possibilita ao país enfrentar confiantemente os desafios mais sérios do futuro.

Não é menos certo, porém, que drásticas mudanças ocorridas no cenário mundial — como a grave crise de energia, a escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, em geral, a do petróleo e seus derivados, em particular, a instabilidade no sistema monetário internacional, ainda em dolorosa busca de nova ordenação, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas alarmantes, as tensões políticas e sociais, exacerbadas pelo fermento do apelo irresponsável à violência e que intranquilizam a vida das nações, num cenário de transição para nova ordem internacional de contornos ainda indefinidos determinarão sérias repercussões no panorama nacional, sobretudo num ano de intensa atividade política, como este de 1974, em que significativos eventos ocorrerão na vida nacional.

Os grandes êxitos alcançados e o espírito de unidade dos governos da Revolução, mantido a despeito do salutar rodízio de pessoas próprio do regime democrático, recomendam uma linha mestra de continuidade de ideais e de planos para a ação governamental.

Continuidade, todavia, não significa imobilismo. E, se temos forçosamente de nos adaptar àquelas novas circunstâncias externas, as quais representam sérios desafios, devemos não só aperfeiçoar os mecanismos institucionais de coordenação da política do desenvolvimento e segurança, mas, por outro lado, atender a novos objetivos e a novas prioridades que decorram,

naturalmente, do estágio de progresso mais elevado já alcançado pelo país.

Assim, em alguns casos, variará o esforço principal da ação do Governo e graduar-se-ão diferentemente os esforços secundários. Isso não significa, entretanto, que se pretenda abandonar o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, ainda vigente para este ano, mas que, de fato, tratar-se-á de completá-lo, prolongá-lo e de complementá-lo através do Segundo Plano em elaboração, dentro de diretrizes básicas análogas, porém adequadas à presente situação e à sua possível evolução nos próximos anos.

Para tanto, contamos com a confiança e cooperação que o povo de nossa terra tem dado aos governos da Revolução de 64 e que certamente também não nos faltarão.

Assim, no campo da política externa, obedecendo a um pragmatismo responsável e conscientes dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial, daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar. Impulsionaremos a ação diplomática, alerta sempre para a detecção de novas oportunidades e a serviço, em particular, dos interesses de nosso comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais atualizada de

que não dispomos ainda, fazendo para tanto, com prudência e tato mas com firmeza, as opções e os realinhamentos indispensáveis.

Quanto ao setor político interno, envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64. Os instrumentos excepcionais de que o Governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional.

É evidente que isso não dependerá, tão-somente, do Poder Executivo federal, pois reclama, em larga medida, colaboração sincera e efetiva dos outros Poderes da Nação, bem como a dos demais órgãos de Governo nas esferas estaduais e mesmo municipais, inclusive

para seu próprio saneamento e consciente auto-disciplina. Dependerá necessariamente de que o espírito de contestação de minorias trêfegas ou transviadas, perturbador da vida do país, irresponsável ou demagógico, com apelo até às armas do embuste, da intriga ou da violência, acabe por exaurir-se, ante repúdio geral, pelo reconhecimento pleno da realidade hoje incontestável que é a da implantação definitiva de nossa doutrina revolucionária.

E não se acoime esta de antidemocrática quando ao que ela visa, em verdade, é o aperfeiçoamento, em termos provadamente realistas, das práticas democráticas, adequando-as melhor às características de nossa gente e ao estágio alcançado pela evolução social e política do país, a salvo porém de atentados, declarados ou solertes, por parte dos que, em nome da democracia liberal, só desejam de fato destruí-la ou, em proveito próprio, viciá-la.

Aos organismos intermediários que, nos mais variados setores de atividade, compõem todo o rico complexo da sociedade brasileira, não só lhes reconheceremos e garantiremos o pleno exercício dentro das limitações estatuídas em lei, mas poderemos até aceitar-lhes a colaboração desinteressada, leal e nunca impositiva, ou mesmo incentivar e auxiliá-los em seus nobres e elevados propósitos, desde que julgados de benemerência ou utilidade real para o país. O que lhes não poderemos nem devemos outorgar,

no resguardo da própria dignidade do poder federal, será a intromissão, sempre indevida, em áreas de responsabilidade privativa do Governo, a crítica quando desabusada ou mentirosa, as pressões insistentes e descabidas que partam de quem não tem o mínimo de compromisso inerente ao múnus público.

No quadro do desenvolvimento econômico, nada pretendemos inovar pelo mero desejo de mudança. Ao contrário, adotaremos as mesmas linhas-mestras da política que até agora vem sendo seguida com benefícios comprovados para o país e extraordinários êxitos por todos atestados. Estamos convencidos, porém, de que a própria continuidade depende da capacidade de mudança em face de alterações sensíveis do quadro conjuntural interno e externo.

Às fortes influências inflacionárias que ora nos chegam do exterior, responderemos com redobrada vigilância na contenção da inflação, mantendo os mecanismos de controle de preços e salários ainda indispensáveis à contenção de pressões altistas. Buscaremos enquadrar o controle dos preços em esquemas normativos melhor definidos e, no que for possível, semi-automáticos, a salvo, portanto, do arbítrio pessoal sujeito a erros de julgamento e até a impulsos não de todo conscientes, e de modo que nunca se penalizem os esforços válidos de melhoria da produtividade nem se estabeleçam privilégios indefensáveis ou disparidades entre produtores.

A par disso, as medidas monetárias e fiscais cabíveis deverão ser tomadas, para proteção do consumidor em geral e das iniciativas empresariais, das quais depende o próprio desenvolvimento acelerado do país.

Deve admitir-se, no entanto, que a crise internacional de matérias-primas críticas exigirá o realinhamento de vários preços internos como os de derivados de petróleo, que terão de ascender necessariamente a um justo patamar mais elevado, admitido um escalonamento como, por exemplo, entre óleo diesel e gasolinas comum ou de superior índice de octanagem, em função da significação econômica do consumo. A alternativa a esse realinhamento seria a criação ou manutenção de subsídios expressos ou insumidos, por todos os títulos desaconselháveis e mesmo injustos, por incentivar desperdícios e obrigar muitos, se não todos, a pagar pelo consumo conspícuo de poucos. A verdade também deve reger no setor da economia.

Em todo caso, tais reajustes corretivos não deverão servir de pretexto à retomada de corrosivas e irresponsáveis expectativas inflacionárias. Nesse sentido, estaremos vigilantes.

Por outro lado, impacto diverso, não menos importante, das mudanças ocorridas na estrutura internacional de preços deverá sentir-se em nosso balanço de pagamentos. Serão bem mais altas, por conseguinte, as necessidades de ingresso líquido de capitais estrangeiros — possivelmente

o dobro em 1974 do que precisamos no ano anterior. Torna-se pois recomendável a manutenção, em áreas não-estratégicas, da mesma política sábia de tratamento equânime e até mesmo favorecedor que vem sendo concedido ao capital estrangeiro, sobretudo capitais de risco, para os quais o Brasil constitui uma área singular de elevada atração.

Os altos níveis de liquidez mundial, em particular a disponibilidade, em busca de aplicações rendosas e garantidas, de vultosos e crescentes recursos em capital livre no mundo árabe, ao qual nos ligam antigos e sólidos laços de amizade, pela extraordinária participação em nossa vida financeira, econômica e cultural de representantes seus, hoje tão bem integrados na sociedade brasileira e, de outro lado, a credibilidade internacional que o Brasil granjeou, pelo seu excepcional desempenho econômico e, mais concretamente, pelo alto nível de suas reservas cambiais, tornam muito viável o ingresso desses recursos, sob a forma tanto de capitais de empréstimo como de risco.

Devemos evitar porém que, no futuro, a dívida externa cresça despropositadamente às nossas exportações. Para tanto, importará sobremaneira aumentar as vendas ao exterior, agressivamente, e eliminar quaisquer desperdícios na pauta das importações. Insistiremos, ao mesmo tempo, para que tratamento justo, se não preferencial como deveria ser, seja dado às nossas

exportações pelos países mais desenvolvidos, os quais sempre timbraram, por longos anos, em estimular a industrialização das áreas subdesenvolvidas e não podem agora, paradoxal e irresponsavelmente, bloquear-lhes a exportação de manufaturados sob a alegação de competição favorecida.

Prioridade número um da estratégia econômica será a de manter altas taxas de crescimento do produto real, compatíveis com as registradas nos últimos anos, objetivando nova etapa, superior, de consolidação de uma economia moderna, principalmente nas áreas mais desenvolvidas do país.

O alto nível de investimentos públicos e privados, a vitalidade de nossa indústria e a potencialidade de nossa agricultura justificam a esperança de que possamos continuar crescendo rapidamente, não obstante as vicissitudes que assaltam hoje a economia mundial. Para isso, impor-se-ão, naturalmente, a revisão de prioridades e, não menos essencialmente, a eliminação de todo desperdício, de modo a extrair-se o máximo resultado de nosso continuado e intenso esforço de desenvolvimento.

Assim, a par de uma ação tenaz no sentido de reduzir nossa dependência quanto a fontes externas de energia — e vai nisso um redobrado apelo à pesquisa em áreas petrolíferas promissoras e ao aumento continuado de nossa capaci-

dade de refino — ou, pelo menos, de assegurar o suprimento, a prazo médio e se possível longo, do mercado nacional a preços dos mais reduzidos, atenção toda especial será dada, na área da infra-estrutura, ao impulsionamento do programa nacional de corredores de transportes, como solução moderna e integrada para os problemas da circulação de bens, criados por uma economia já complexa e diversificada — tanto corredores de exportação como os que atendam à importação ou a interesses industriais — mas com ênfase particular à modernização, eletrificação e desenvolvimento do sistema ferroviário, à ampliação e maior eficiência do transporte fluvial e marítimo, dispensando, na medida do possível, onerosos afretamentos, ao reaparelhamento dos portos e à pavimentação das rodovias. A escassez de combustíveis líquidos confere ênfase ainda maior a essa prioridade, aliás já considerada no Governo Médici, recomendando-se também esforços prioritários quanto ao aproveitamento racional de novos recursos hidrelétricos ainda disponíveis e quanto à intensiva preparação do país para a era da energia nuclear, seja através da pesquisa de jazimentos de minerais físseis, seja pela absorção da tecnologia de alta especialização, característica desse setor sofisticado, sem que se esqueçam, ademais, as possibilidades do aproveitamento de outras fontes de energia como o carvão, o xisto e a energia solar, por exemplo.

No setor industrial, cabe salientada a importância de alcançarmos, no mais curto prazo, nossa maioria em dois setores básicos, além do siderúrgico — o da indústria eletrônica, especialmente quanto a computadores, e o da indústria de bens de capital que ainda nos oferece a possibilidade de substituir importações. Da mesma forma deveremos reduzir nossa dependência de fontes externas no que respeita a matérias-primas básicas como, principalmente, metais não-ferrosos e produtos químicos, inclusive fertilizantes e petroquímicos.

Em particular, na mineração — desafio prioritário a que devemos atender decididamente até fins desta década — urge incentivar a pesquisa e a lavra em moldes adiantados, atraindo a colaboração indispensável da iniciativa privada, com vistas tanto a satisfazer nossas próprias necessidades cada dia mais acrescidas de um consumo ainda excessivamente dependente do exterior, como desenvolver mais a exportação de minerais abundantes no país na forma mais nobre possível.

No que se refere ao setor crítico do desenvolvimento tecnológico, com aplicação especial nos setores industrial, da agropecuária e da infra-estrutura, trataremos de criar instrumentos que induzam as empresas, privadas e públicas, nacionais e as estrangeiras com sede no país, a se engajarem no esforço primacial de elabo-

ração e adaptação da tecnologia. Nesse particular, sendo notoriamente escassas nossas disponibilidades tanto em capital como, sobretudo, em pessoal qualificado, daremos nítida prioridade à tecnologia relativa ao aproveitamento de recursos tropicais autóctones, não disponível por certo no exterior, recorrendo sem vexame, no demais, ao cabedal de conhecimentos já desenvolvidos em outros países, pelo qual pagaremos nada mais que o justo preço, tanto em termos de divisas como de garantias, sob estrita vigilância que resguarde uma autêntica transferência de tecnologia sempre atualizada e, assim, a futura autonomia do país. Às grandes empresas estatais caberá proeminente papel no desenvolvimento tecnológico nacional — pois são evidentes as deficiências, para tanto, do empresariado privado em geral. Proeminência caberá também aos órgãos de pesquisa mantidos ou apoiados pelo governo, cujas atividades precisam ser bem coordenadas e orientadas especialmente para o setor da pesquisa aplicada e devidamente entrosadas com as atividades dos possíveis usuários no campo empresarial.

Não descuidaremos, por outro lado, de limitar, o mais possível, as alarmantes deseconomias que entre nós resultam do desperdício irresponsável na utilização de recursos naturais, mesmo os mais escassos, assim como de velar pela adoção de práticas racionais contra a poluição ambiental, valendo-nos da dramática ex-

periência de outros países, embora sem descabidos exageros que venham a tolher o nosso desenvolvimento econômico.

Nossa estratégia de desenvolvimento continuará voltada, por outro lado, para a conjugação da ocupação econômica do território brasileiro com o impulsionamento à produção agrícola, pecuária, agro-industrial e à indústria de mineração, em áreas novas do Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia, tendo em vista inclusive a exportação.

Trata-se, muito em especial, pela expansão da fronteira agrícola nessas áreas, bem como pelo aumento da produção em áreas já ocupadas onde o preço da terra em exagerada ascensão impõe milagres de produtividade, de dar ao Brasil condições efetivas para realizar plenamente sua vocação de grande supridor mundial de produtos agrícolas, pecuários e agro-industriais não tradicionais — o soja, o sorgo, milho, carne, madeira e celulose, frutas tropicais e alimentos industrializados. As oportunidades que se oferecem ao país, nesse particular, são excelentes em face da fome mundial por produtos tais e das exigências crescentes de nossa população em franca expansão, seja numérica, seja em sua capacidade de demanda efetiva, tratando-se, ademais, de setor em que se pode esperar resposta bem mais rápida às medidas de promoção e incentivo.

Justo é reconhecer que, desde 64, muito se tem feito pela nossa agricultura, se não tanto pela pecuária, especialmente no campo do crédito rural e do mecanismo dos preços mínimos. Ressaltemos, por outro lado, que os preços médios recebidos pelos agricultores têm subido, nos últimos anos, em proporção bem superior aos preços industriais. Contudo, em matéria de agropecuária ainda temos longo caminho a percorrer, seja no aperfeiçoamento dos próprios mecanismo de crédito e de preços, de seguro e extensão rural, assistência técnica, pesquisa e seleção genética, seja também na difusão do uso de insumos modernos, da armazenagem e formação de estoques reguladores, seja ainda no aperfeiçoamento dos mecanismos de comercialização. E isso, no fundo, é bastante promissor, pois mostra quanto poderemos multiplicar nossa produção, a prazo curto, se aplicados remédios adequados a tais deficiências.

Nesse quadro, talvez o problema mais importante a enfrentar seja o de como levar ao setor agrícola, em amplas proporções, a capacidade empresarial que já se mostrou capaz de criar a economia industrial e urbana que o país hoje apresenta. Instrumentos novos e eficazes deverão ser criados com vistas a implantar-se, nas diferentes regiões agrícolas e a exemplo do que já se vem fazendo em áreas do Centro-Sul, a empresa agrícola, com estrutura e comportamento comparáveis à empresa industrial e

de serviços. Isso, sem prejuízo das preocupações sociais do Governo quanto ao desenvolvimento rural.

Programas como o de Integração Nacional, PROTERRA, PROVALE e PRODOESTE, em sua nova etapa, deverão levar em conta a diretriz antes definida. Serão complementados por novos programas diretamente orientados para essa frente prioritária, como o Programa de Áreas Integradas do Nordeste, já em início de execução, e o Programa da Agro-Indústria do Nordeste, com projeto que se acha em fase final de elaboração.

Desta forma, o esforço de integração nacional adquire nova dimensão — a ocupação de espaços praticamente virgens irá, não apenas contribuir para a expansão do emprego e do produto interno bruto, mas permitirá ao país, ademais, sem prejuízo do abastecimento interno, ampliar expressivamente o volume de suas exportações para obtenção de divisas cada dia mais indispensáveis.

No panorama mais amplo da estrutura empresarial do país cabe assinalar que, da evolução recente da economia nacional, tem resultado o espetacular aumento, em eficiência e dimensões, das grandes empresas estatais e a participação cada vez maior da empresa privada estrangeira, ao mesmo passo que relativa estagnação da empresa privada nacional. Urge,

pois, cuidar do fortalecimento deste último setor empresarial para que venha a ocupar o lugar de equilíbrio que lhe compete, até mesmo para maior conforto e estímulo aos outros dois setores, hoje praticamente em confrontação direta.

No campo estritamente financeiro, ao ressaltar o surpreendente potencial de poupança da população que as estatísticas comprovam, cumpre reconhecer que se impõe ao Estado cuidar do pronto saneamento e do paulatino e seguro fortalecimento do mercado de capitais, não recuando a captação de recursos externos sob ajustado controle, nem abandonando, à própria sorte, os pequenos investidores, inclusive nas minorias notadamente desprotegidas das sociedades anônimas. Meu Governo reconhece as suas responsabilidades nesse particular e buscará adotar prontas e eficazes medidas.

Os setores bancário e securitário receberão, por sua vez, redobrada atenção, com vistas também a saneá-los e fortalecê-los, orientando-se convenientemente a aplicação das reservas.

Nisso tudo, cumpre ao Governo, em primeira linha, dar o bom exemplo, pela austeridade nos gastos públicos, vigilante controle da aplicação dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, pronta correção dos desmandos que venham a ocorrer. E algumas medidas, de valor antes simbólico que real, deverão ser adotadas desde logo, como nas viagens ao exte-

rior de membros do Governo, por exemplo, a fim de que se caracterize o modelo de contenção das despesas, desde o mais elevado escalão da administração.

No campo social do bem-estar do povo, importa ressaltar que a estratégia de desenvolvimento adotada, respeitando embora a prioridade essencial que se deve dar ao crescimento do produto real, preocupa-se, sobremaneira, com a universalização dos benefícios que se forem alcançando, a fim de que o elevado aumento esperado na renda *per capita* do país, para esta década — da ordem de 100% —, não seja apenas um indicador abstrato, mas conduza realmente à melhoria dos padrões de vida de todas as camadas sociais.

O Censo de 1970, a despeito de suas imprecisões, revelou que as desigualdades individuais de renda se mostravam muito mais acentuadas entre nós do que na maioria dos países do mundo ocidental; que os benefícios do desenvolvimento, na década de 1960, foram colhidos, em sua maior parte, pela camada mais rica da população economicamente ativa; e que o hiato entre os salários da mão-de-obra qualificada e não-qualificada era desmedidamente intenso em relação aos padrões internacionais. Ao mesmo tempo, persistem agudas disparidades econômicas regionais que expõem o contraste de um Centro-Sul razoavelmente desenvolvido com um Norte e Nordeste ainda fla-

grantemente contaminados pelo subdesenvolvimento. A política de incentivos fiscais, se impediu que os desníveis regionais se agravassem, não teve força suficiente para corrigir, de forma significativa, os desníveis de produtividade e de renda *per capita*.

Um exame detido do problema revela que a melhoria da distribuição de renda, para compatibilizar-se com a manutenção de altas taxas de crescimento econômico, é processo que demanda tempo e racionalidade. O distributivismo fácil que tenta atenuar as desigualdades individuais pela prodigalidade no reajuste dos salários nominais, está fadado ao fracasso pelo que gera de tensões inflacionárias, de limitação das oportunidades de emprego e de mutuação do potencial de poupança e de desenvolvimento. Nossa experiência anterior à Revolução de 1964 e experiências semelhantes em outros países desabonam definitivamente esse distributivismo emocional. A melhoria da distribuição pessoal da renda terá que resultar, em primeiro lugar, da valorização do homem pela educação e pela política de desenvolvimento e criação de empregos e, em segundo lugar, do aperfeiçoamento da política fiscal, da criação de fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores e da melhoria da saúde e da assistência social. A propósito, é alvissareiro registrar a atual escassez de mão-de-obra, inclusive nos menores níveis de quali-

ficação — sinal de que os frutos do desenvolvimento estão atingindo as camadas menos favorecidas da força de trabalho, num sintoma sugestivo de melhoria da distribuição de renda.

No que diz respeito às desigualdades econômicas regionais cabe, em primeiro lugar, aprimorar os mecanismos de utilização dos incentivos do Imposto de Renda, melhorando os critérios de seleção dos projetos, adaptando-os às vantagens comparativas de cada região e assegurando o equilíbrio entre a oferta e a procura de incentivos. E, em segundo lugar, aperfeiçoar o sistema de distribuição das rendas tributárias, de modo a permitir maior equilíbrio entre as taxas de desenvolvimento das diferentes Unidades da Federação. Nesse particular, cabe dizer que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, se representou notável progresso em relação ao antigo Imposto sobre Vendas e Consignações, ainda distribui inadequadamente a renda fiscal entre regiões.

No quadro mais geral do aperfeiçoamento de nosso potencial humano — e o Homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional —, o Governo Federal, nas suas prioridades, colocará recursos suficientes para novos programas especiais nos campos principalmente da Educação, da Cultura e da Saúde, em moldes a serem definidos no novo Plano Nacional de Desenvolvimento.

De qualquer modo, coordenando, apoiando, controlando ou complementando as atividades a cargo dos Estados da Federação e dos Municípios, cuidar-se-á muito especialmente:

— da universalização do ensino de 1º grau, buscando atingirem-se as metas, ambiciosas mas justas, da recente reforma básica do ensino, em implantação;

— da melhoria, em qualidade, do ensino de 2º grau, dando-lhe o saudável conteúdo profissionalizante e terminativo que ora deve inspirá-lo, mas que exige tempo e abundantes recursos novos em professores habilitados e em material didático e de treinamento — todo um amplo programa a cumprir-se, inclusive através de bem orientada política de incentivos aos estabelecimentos particulares do ramo;

— do ensino técnico e preparação de mão-de-obra qualificada, nos vários níveis exigidos pelo desenvolvimento do país;

— de uma reforma universitária que objective a instituição de universidades polivalentes e multifuncionais, bem integradas na sociedade, multiplicando-se as ofertas de cursos de curta duração e incentivando-se, sob vigilância mais severa, os cursos de pós-graduação, mas sempre visando prioritariamente à melhoria da finalidade e eficiência do ensino superior cuja notável expansão acelerada dos últimos anos, dentro da idéia generosa e democrática de ampliar as

oportunidades de formação universitária, não poderia deixar de abrir margens ao perigo da redução qualitativa;

— da erradicação definitiva do analfabetismo de adultos, transferindo-se desde logo os recursos que paulatinamente venham a ficar disponíveis, para o ensino supletivo de 1º grau, voltado para as necessidades dos recém-alfabetizados mais jovens e aproveitando-se, em ambos os casos, a válida experiência do MOBREAL para campanhas nos setores da educação sanitária, da medicina preventiva, da coleta de dados estatísticos e da difusão da cultura, entre outras;

— do apoio às atividades culturais, estimulando a criatividade, de um lado, e possibilitando maior acesso a nosso rico patrimônio cultural, ainda insuficientemente conhecido;

— da educação física e da prática dos desportos, como valiosos elementos de aperfeiçoamento dos valores morais do indivíduo e de elevação de sua capacidade física, componentes indispensáveis de uma política de desenvolvimento social e de integração nacional;

— do saneamento básico e da medicina preventiva, para o que se tratará de dar remédio à carência crítica de profissionais especializados que hoje limita quaisquer esforços, e de promover, desde logo, a integração dos institutos de pesquisa nas atividades programadas;

— do fortalecimento da estrutura sindical tanto na cidade como no campo, possibilitando-se a seleção de uma liderança autêntica e mobilizando-se os sindicatos para sadia cooperação às atividades culturais e educativas, inclusive a educação sanitária e educação física;

— da implantação efetiva das regiões metropolitanas, para cobertura do deficit de serviços básicos nas grandes áreas urbanas do país, principalmente quanto a transportes coletivos, água, esgotos, combate ao crime e zoneamento, dando-se relevo ao papel que assume, hoje em dia, o encaminhamento de soluções modernas e de grande porte para os transportes de massa, como único meio eficaz de reduzir, realisticamente, a dependência excessiva em relação ao uso do transporte individual;

— do aperfeiçoamento do mecanismo técnico, administrativo e financeiro dos programas do Banco Nacional da Habitação, ampliado em suas funções como principal agente financeiro especializado para o complexo das atividades básicas do desenvolvimento urbano, objetivando-se em particular, no setor de habitação, proporcionar melhores oportunidades para as classes da população de menor poder aquisitivo e recorrendo a uma descentralização operacional por todo o território nacional, em articulação com Estados e Municípios;

— do atendimento urgente ao grave problema do menor abandonado que infesta sobretudo os grandes centros urbanos; e

— da modernização do arcaico e desumano sistema penitenciário existente no país.

Tal conjunto de atividades exigirá a aplicação de recursos vultosos, sem dúvida, mas constitui, de fato, investimento de alta rentabilidade reflexa, a prazo médio ou longo, no próprio desenvolvimento econômico do país e exige imperiosamente a implantação de um rigoroso sistema de controle na base da computação de índices da produtividade real pelo confronto entre custos e benefícios.

Por outro lado, a experiência acumulada nos últimos anos em matéria de política de desenvolvimento recomenda uma série de aperfeiçoamentos institucionais na legislação geral e no funcionamento da cúpula governamental. Nesse sentido, estou remetendo ao Congresso Nacional dois projetos de lei, o primeiro reformulando a estrutura ministerial, o segundo modificando a composição e as atribuições do Conselho Monetário Nacional, além de um projeto de lei complementar visando à programação integrada dos recursos do PIS e do PASEP.

O primeiro projeto transforma o atual Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em Secretaria do Planejamento, órgão de assessoramento direto da Presidência da

República; cria o Ministério da Previdência e Assistência Social, o qual se encarregará do sistema previdenciário e da assistência social que assim ganha um *status* correspondente à alta prioridade que o Governo atribui a esse setor; cria o Conselho Nacional do Desenvolvimento e aperfeiçoa os mecanismos de coordenação interministerial.

O segundo projeto remodela o Conselho Monetário Nacional, simplificando a sua estrutura, assegurando harmonia entre as suas deliberações e as diretrizes traçadas pelo Poder Executivo e retirando-lhe as atribuições relativas à política nacional do abastecimento. Estas passarão a ser executadas conjuntamente pelos Ministros Chefe da Secretaria do Planejamento, da Fazenda, dos Transportes e da Agricultura, sob a coordenação deste último.

Os dois projetos de lei citados, ressaltando o caráter orgânico e integrado que se quer emprestar à ação do Governo, representam o primeiro passo no sentido de aperfeiçoar as nossas instituições dentro da linha de continuidade administrativa. Outros aperfeiçoamentos naturalmente se imporão com o correr do tempo, a começar pela simplificação do esquema administrativo, diminuindo-se a prejudicial duplicação de órgãos e superposição de funções, sempre que possível, e pelo remanejamento dos que não se encontram bem enqua-

drados em alguns Ministérios, devendo ser deslocados para outro.

O desenvolvimento do nosso sistema financeiro, os mecanismos de acompanhamento e de controle de preços, a participação das empresas multinacionais têm sido guiados por muitas regras não escritas e por critérios nem sempre explícitos que vêm sendo formados pelo consenso das autoridades no seu diálogo com o setor privado. Já adquirimos suficiente experiência para que, agora, explicitemos as regras do jogo, de modo a simplificar a administração pública, a fortalecer a confiança dos empresários e assegurar a igualação das oportunidades. Do mesmo modo, precisaremos aprimorar o funcionamento do nosso sistema financeiro, agilizando-o de acordo com as exigências do desenvolvimento e aperfeiçoar o sistema fiscal, particularmente o Imposto de Renda e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, tornando-os socialmente mais equitativos e economicamente mais funcionais.

Outra preocupação que assalta, desde logo, o Governo, diz respeito à excessiva multiplicidade de leis, decretos e regulamentos, muitas vezes dificultando a interpretação e a correta aplicação; será empreendido grande esforço para a necessária consolidação e, em certos casos, atualização.

Para finalizar, devo recomendar aos Senhores Ministros interesse particular por um melhor entrosamento dos órgãos ministeriais e das centrais do sistema nacional de informações, assim como articulação bem coordenada entre as assessorias de imprensa da Presidência e dos diversos Ministérios.

Quanto às Forças Armadas, reservar-me-ei para apresentar minhas diretrizes gerais na primeira reunião do Alto Comando que se realizará nos próximos dias.

Muito obrigado.

PELA TELEVISAO, NA NOITE DE 31 DE
MARÇO DE 1974, DÉCIMO ANIVERSARIO
DA REVOLUÇÃO.

Brasileiros

Completa-se hoje um decênio desde aquela radiosa alvorada de fé cívica e convicção democrática que foi o Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964.

Volvamos o pensamento ao caótico passado, extinto àquela data, para medir a longa e difícil caminhada ascensional que, mediante duros sacrifícios patrioticamente consentidos e uma crença inabalável em melhores dias, desse passado nos trouxe à esplanada de estabilidade e de ordem, de atividade criadora e de realizações fecundas, a que os Governos da Revolução souberam conduzir o país.

É dever das gerações mais velhas recordar, aos que não viveram tão aziagos tempos, o que foi o pesadelo, a angústia que amortalhava os corações bem formados, na vigília prolongada ante a agonia da Nação que parecia já ferida de morte.

O reexame importa, sobretudo, à juventude de hoje, esperançosa e idealista, que, na época, não dispunha de olhos capazes de avaliar o abismo de inépcia, perplexidade, corrupção e desordem em que soçobravam todas as instituições da sociedade brasileira, ao vendaval destruidor desencadeado pela irresponsabilidade demagógica e mistificadora daqueles que então nos governavam.

Os mais caros valores éticos e sociais deterioravam-se. Uma hiperinflação, descontrolada e mesmo estimulada, aniquilava, por sua vez, todos os padrões da economia. O trabalho não tinha valor. A própria terra — patrimônio tão real e indiscutível — esvaía-se de significação ante as ameaças cotidianas de injustificadas expropriações e invasões de massas insufladas pelos agentes da desordem. A vida nacional era continuamente perturbada por paralisações em suas atividades essenciais. A semântica tortuosa dos demagogos transmudava o mal em bem e o bem em mal, prenunciando a trágica noite do naufrágio de nossas mais puras tradições culturais.

O espetáculo dos tumultos e do terrorismo amoral e desenfreado que, ontem e hoje, vem agitando outros povos, nas mais variadas latitudes, observado à distância, sem emoção, por quem efetivamente dele não participa, poderá dar pálida idéia, apenas, do que sofremos, nós brasileiros conscientes e temerosos pela destrui-

ção da Pátria, naqueles idos perversos de 1963/64.

O povo, através de suas mais autênticas expressões — a igreja de Cristo, a imprensa responsável, autênticas lideranças políticas, associações de classe e associações de cultura — e as Forças Armadas que são povo também — irmanaram-se afinal para a cruzada da redenção. Os militares, naturalmente muito mais alertas e sensíveis — por vocação e dever de ofício — aos perigos que se avolumavam, embora já profundamente atingidos pela indisciplina e subversão da hierarquia fomentadas pelo Governo, souberam aguardar, em tensa expectativa, manifestações inconfundíveis da vontade popular, para que não se lhes imputassem desvios de prepotência, nem ilegítimas ambições de poder.

Confiaram nas virtudes patrióticas de nosso povo, generoso e ordeiro. O povo, de seu lado, confiava nas Forças Armadas, consciente de que elas não o abandonariam ao cataclismo devastador do totalitarismo comunista. Chegamos, assim, à madrugada de 31 de março; ao triunfo total, surpreendentemente rápido, sobre as forças desatinadas da anarquia; às grandes procissões de massa, exultantes em sua liberação do tremendo pesadelo.

Foi o momento supremo da comunhão entre Povo e Forças Armadas que nos tem sustentado ao longo deste árduo decênio, apesar de

todos os inevitáveis percalços, de obstáculos sérios a vencer, por vezes irremovíveis, de naturais erros cometidos até de boa-fé e, sobretudo, da subversão multiforme, sempre à espreita.

Foi momento fulgurante que nos ilumina até hoje, culminância de um consenso quase geral que, brusca e decisivamente, se sobrepôs, como um raio de verdade e de fé, à polarização entre doutrinas e crenças visceralmente antagônicas.

Momentos como esse têm sido raros em nossa vida republicana, na qual apenas outubro de 1930 representa, também, um marco tão decisivo na história da Nação.

Muito áspera foi e está sendo a jornada que vivemos a partir de 1964. Os resultados alcançados são, porém, indiscutivelmente, positivos, marcantes mesmo. Não há como honestamente negá-los.

Embora as estatísticas — na sua desnuda e crua linguagem aritmética — mostrem o quanto há de desigualdades, de carência ainda, de miséria até mesmo, no complexo espectro da vasta e pluralista sociedade brasileira, a nossa pujança, apesar de tudo, não é desmentida, antes comprovada, pela sobrevivência e capacidade de real progresso em tão rudes condições de vida e de trabalho. O que vale, em verdade, é comparar a situação atual com a que existia em princípios de 60 e mensurar, adequadamente, a extraordinária distância percorrida. E, mais

ainda, verificar quanto resta por fazer-se e a construir, para a maior grandeza da Pátria — poderosa, democrática e justa — e o crescente bem-estar de nosso povo.

Prossequiremos, pois, com o apoio de toda a gente de nossa terra — que esperamos merecer, pela firmeza e honestidade de propósitos — na obra magnífica e histórica da criação do Brasil de amanhã.

Que o dramático episódio, há dez anos vivido, seja confortadora lição e estímulo sempre presente, para que nunca mais permitamos que o sopro da insânia e da violência subversiva, dividindo tragicamente a Nação, nos leve às portas da falência e da ruína — a ruína e a falência melancólicas de um povo jovem que ainda não encontrou seu justo lugar na história da humanidade. Mas que, mercê de Deus e pelo seu próprio esforço tenaz, certamente haverá de encontrá-lo em futuro próximo.

SAUDAÇÃO AO PRESIDENTE FIGUERES,
DA COSTA RICA, EM 4 DE ABRIL DE 1974.

Senhor Presidente,

A visita de Vossa Excelência é recebida com especial satisfação pelo Governo e o povo brasileiros, plenamente conhecedores de sua atuação de homem público e ligados a Costa Rica pela admiração que nos merecem sua grande tradição democrática e sua conduta internacional voltadas para as mais altas aspirações de desenvolvimento, paz e segurança.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, chega a nosso país quase ao final de um fecundo período presidencial, dedicado à solução dos problemas de Costa Rica, tendo sempre presente que o desenvolvimento econômico deve ser considerado intimamente vinculado à função social. Teve Vossa Excelência a preocupação de conduzir-se, como governante, dentro dessa linha de pensamento que expressei, em mais de uma oportunidade, nos numerosos trabalhos que divulgou e na cátedra que tanto enalteceu. Vossa Excelência, por outro lado, compreendeu muito

bem que o desenvolvimento é responsabilidade primacial de cada país e de seu povo mas, no mundo interdependente em que vivemos, deve orientar-se, no âmbito internacional, pelos caminhos da cooperação, da solidariedade e da discussão dos problemas comuns aos diferentes integrantes da comunidade das nações.

Assim, Vossa Excelência chega ao Brasil, que se honra com a visita de um homem de Estado internacionalmente respeitado, com uma agenda que compreende variadas negociações, que serão objeto da mais acurada atenção do Governo brasileiro.

Estamos, também nós, convencidos de que a convivência internacional não se compadece com as atitudes de isolamento ou as preocupações de uma absoluta autarquia: a colaboração, em todos os terrenos, e a solidariedade na apreciação dos problemas comuns, são as únicas atitudes compatíveis com a conduta de nações desejosas de darem sua contribuição ao estabelecimento de uma comunidade internacional justa, pacífica, livre e próspera.

Estamos firmemente empenhados, Senhor Presidente, em estabelecer, dentro de uma norma de invariável respeito, uma política de cooperação com todos os países e, em especial, com os de nosso continente. Não queremos de nenhuma forma predominar, porquanto não aceitamos hegemonias no seio da comunidade das nações. Nossa política exterior busca harmo-

nizar os interesses do Brasil com os de nossos vizinhos e amigos, os das nações do nosso hemisfério sobretudo, certos de que é esta a nossa maneira tranqüila e segura de garantir uma atuação contínua e permanente de cooperação e solidariedade. Essa linha de conduta é que dá perenidade aos acordos, que são estáveis e duradouros somente quando funcionam a contento das partes contratantes. Essas afirmações estão em consonância com a tradição de nosso comportamento internacional e com os sentimentos de nosso povo, decidido a prosseguir na construção da grandeza de nosso país no quadro da solidariedade com as nações irmãs da América.

As relações entre o Brasil e Costa Rica, no longo período decorrido desde a independência, têm sido invariavelmente excelentes e caracterizadas por uma unidade de vistas no que tange aos complexos problemas em debate no cenário internacional e no âmbito americano.

Nossas posições, nas Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos (OEA), têm sido coincidentes ou muito próximas graças à identidade profunda que presidiu a formação de nossos países e à comprovada vocação que os anima a serviço do desenvolvimento e da paz. Estou certo de que, através de um sistema de entendimento, por meio dos canais diplomáticos usuais, poderemos dar um sentido ainda mais operativo às nossas posturas naqueles foros.

Cabe aqui ressaltar o propósito do Governo brasileiro, conforme já me coube expressar, de atuar, sempre, com espírito de colaboração, aberto aos problemas ecumênicos da paz e do progresso e inspirado na solidariedade continental, alicerçada no imperativo geográfico e na História de vários séculos.

No plano das relações bilaterais, Senhor Presidente, cabe reconhecer que existem amplas possibilidades de torná-las intensas e fecundas. As peculiaridades da formação do nosso continente deram à vida americana um conceito muito particular de vizinhança, pois, em verdade, estávamos separados por distâncias consideráveis e eram muito escassas as possibilidades de comércio e convivência real entre os nossos povos. A tecnologia moderna está em processo adiantado de modificação desse estado de coisas, seja no que tange ao transporte aéreo ou à navegação marítima, que, dia a dia, inauguram novas linhas abrindo amplas perspectivas de colaboração e de comércio. É, assim, chegado o momento de procurar estabelecer, no plano bilateral, uma nova dinâmica nas relações entre o Brasil e Costa Rica e, estou seguro, faremos, no campo de nossas respectivas responsabilidades, tudo o que for possível nesse sentido.

Senhor Presidente,

O Palácio Itamaraty, em sua sede na nova Capital do Brasil, abre-se, de par em par, para

receber Vossa Excelência, em visita de amizade e de entendimento fraterno. Estou de todo persuadido que a presença de Vossa Excelência assinalará o início de uma nova etapa, no plano das relações entre Costa Rica e o Brasil.

Senhor Presidente,

É com um sentimento de especial amizade para com sua nobre Pátria e da mais alta estima em relação a Vossa Excelência que levanto minha taça, em nome da Nação brasileira, pela grandeza de Costa Rica, pela felicidade de seu povo e pelo eminente Presidente Figueres.

DISCURSO PROFERIDO DURANTE A
VISITA A COCHABAMBA, EM 22 DE ABRIL
DE 1974, NA PRESENÇA DO PRESIDENTE
BANZER, DA BOLÍVIA.

Senhor Presidente.

Constitui, para mim pessoalmente e para a nação brasileira, motivo de especial júbilo e de renovada esperança a visita que ora realizo a esta histórica cidade de Cochabamba. Sinto-me particularmente honrado em ser intérprete, neste momento, da fraterna amizade que une o Brasil à Bolívia. Impulsionados por este sentimento, temos procurado, ao longo de nossa história, intensificar e ampliar solidariedade comum aos ideais de progresso e bem-estar de nossos povos.

Este encontro representa, portanto, não um início, mas apenas nova etapa, de alta significação, no tradicional processo de identificação entre os objetivos e ideais de nossas duas nações. O futuro confirmará o alcance deste esforço de colaboração que estamos agora empreendendo, do qual o presente já é eloqüente testemunho. Estou seguro de que os documentos que vão ser assinados entre os nossos países constituirão passo decisivo no caminho da acele-

ração dos respectivos processos de desenvolvimento.

À medida que o desenvolvimento econômico se irradia pela vasta paisagem latino-americana, mais amplas se tornam as possibilidades de intercâmbio nos diversos campos da atividade humana, mais promissoras são as perspectivas de complementação econômica e, conseqüentemente, mais estreitos os vínculos que se estabelecem entre todos os povos da América Latina.

Com a preocupação de responder às solicitações do presente, respeitando os profícuos ensinamentos do passado, de modo a preparar inteligentemente um fecundo amanhã para nossos povos, tenho a certeza de que este encontro frutificará em prol do engrandecimento de nossas pátrias irmãs.

Senhor Presidente,

É, para mim, honra inestimável ter sido agraciado por Vossa Excelência com o Gran Collar del Orden del Condor de los Andes. Com mais esta recordação da amizade da Nação boliviana, minha mulher e eu, ao agradecermos o afeto e fidalguia com que fomos recebidos em Cochabamba, formulamos os melhores votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Banzer, na certeza de que a colaboração crescente e modelar entre o Brasil e a Bolívia continuará a ser um testemunho de nossa devoção à grandeza de nossas Pátrias, no quadro de uma América Latina próspera e unida.

DISCURSO FEITO DURANTE A CERIMONIA DE ASSINATURA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO INDUSTRIAL, EM 22 DE ABRIL DE 1974.

Senhor Presidente,

O conhecimento recíproco, cada vez mais profundo entre nossas duas nações, das realidades que as engrandecem e dos objetivos que as inspiram, é penhor da solidez dos laços de amizade e respeito que prevalecem entre os Estados que representamos. À semelhança do que se passa entre seres humanos, o conhecimento objetivo entre nações, de sua personalidade e de seu gênio, constitui substrato de afinidades eletivas sobre o qual se formam e amadurecem, no plano internacional, interesses comunitários autênticos e duradouros. Ao encontrar-me nesta histórica cidade de Cochabamba, em atenção ao amável convite de Vossa Excelência, venho, portanto, no exercício de dupla missão: a de mandatário dos sentimentos fraternos da nação brasileira pela nação boliviana e a de Chefe de Estado, como Vossa Excelência investido no grato dever de zelar

pelo estreitamento da comunhão de interesses que já vincula o Brasil e a Bolívia.

É, pois, com admiração e afeto que renovo com Vossa Excelência o diálogo iniciado em Brasília. Estou persuadido de que nos identificamos — brasileiros e bolivianos — pelo mesmo respeito às normas consagradas no Direito das Gentes, cuja intransigente observância é a única via aberta ao império de uma justa paz universal, em termos da igualdade jurídica dos Estados e da segurança econômica coletiva para o desenvolvimento, da livre determinação dos povos e da não-intervenção nos assuntos internos dos outros Estados. Estou, também, persuadido de que compartilhamos das mesmas aspirações ao promovermos o progresso de nossos respectivos países dentro de uma ordem constitucional e em obediência a inalienáveis preceitos de paz e justiça social.

Do mesmo modo, a convicção de que as nações latino-americanas se encontram numa etapa particularmente importante de sua evolução histórica, em que avultam aspirações de desenvolvimento, segurança e paz, completa-se e coincide, inelutavelmente, com o sentimento de solidariedade continental. E este sentimento não é apenas fruto da sincera identificação afetiva a que nos acostumamos, graças a fortes tradições de nossa herança histórica, a traços comuns de nossas expressões culturais e a circunstâncias determinantes de nossa formação

sociológica, mas também do profundo realismo com que reconhecemos e acatamos, de modo inequívoco, as responsabilidades continentais. Fazêmo-lo com a inteligência de que a obrigação prioritária de promover o desenvolvimento de nossos respectivos países deve harmonizar-se com os justos anseios da comunidade fraternal a que todos pertencemos.

Apoiamos, portanto, o labor que se vem empreendendo no sentido de dinamizar a Organização dos Estados Americanos como instrumento básico de cooperação continental. E pautamos, igualmente, nossas linhas de ação no quadro da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, acreditando que esta constitui foro adequado para promover e intensificar o ritmo do comércio inter-regional. Atentos a esses mesmos interesses, contribuímos ativamente para a consecução dos altos fins a que se propõe o Tratado da Bacia do Prata e acompanhamos com real simpatia o movimento de integração sub-regional do Pacto de Cartagena.

Senhor Presidente

As relações entre o Brasil e a Bolívia processam-se e evoluem de acordo com exemplar espírito de solidariedade. O desenvolvimento sócio-econômico de cada uma das regiões de nossos países inclui-se, obviamente, no âmbito das responsabilidades dos respectivos povos

e Governos. Temos, porém, sempre em mente os efeitos multiplicadores que poderão ser alcançados mediante fecunda conjugação de esforços. Queremos que os caminhos que transpõem nossas fronteiras, atravessando vastas e promissoras regiões, sejam veículo de aproximação entre nossos povos e de intercâmbio do fruto de nosso trabalho. Encaramos, portanto, como altamente proveitosas as iniciativas que visam, no panorama latino-americano, a implementar sistemas inter-regionais de complementação comercial e de cooperação econômica.

E o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial que hoje celebramos constitui constante marco decisivo desta nova realidade — a América Latina solidária e próspera.

É com um sentimento de viva satisfação que condecoro com as insígnias da GRÃ-CRUZ DA ORDEM DE RIO BRANCO a Senhora Yolanda Prado de Banzer, Presidente da Junta Nacional de Desenvolvimento Social da Bolívia.

Essa condecoração, inspirada na devoção do Governo brasileiro à paz, ao desenvolvimento e à fraternidade humana, é outorgada à Senhora de Banzer pelo trabalho extraordinário cumprido à frente desse órgão.

Com seu esforço e sua dedicação, a Senhora de Banzer deu uma contribuição decisiva à tarefa de valorização humana e social do

homem boliviano, obra tão característica da política de governo do Presidente Banzer.

As insígnias da Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco que recebeis, Senhora de Banzer, e que ora me honro em entregar-vos, representam, assim, o reconhecimento dos altos títulos que exornam vossa personalidade e constituem a característica matriz de vossa grande e fecunda atuação social.

SAUDAÇÃO AO POVO DO DEPARTAMENTO DE SANTA CRUZ (BOLÍVIA), EM 22 DE ABRIL DE 1974.

É com especial prazer que me encontro no Departamento de Santa Cruz e apresento minhas saudações à sua nobre gente. À alegria que tenho em visitar-vos, acresce ainda a satisfação com que registro a particular importância que o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial reveste para a prosperidade desta zona, muito de perto identificada com o Brasil pelos seus ideais de trabalho, solidariedade e de paz.

Tenho certeza de que os incalculáveis dividendos decorrentes da cooperação mais estreita entre o Brasil e Bolívia reverterão, substancialmente, em benefício do Departamento de Santa Cruz e, multiplicados pelo labor de brasileiros e bolivianos, contribuirão decisivamente para o engrandecimento de nossas pátrias.

Os sentimentos fraternais de nossos povos, afiançados por longos e frutíferos anos de grato entendimento, constituirão sempre a base sobre a qual continuaremos a abrir avenidas de

progresso nos campos, cada vez mais amplos, em que nossos interesses se conjugam. Ao impulso do destino, que nos aproximou, adicionamos a força de nossa vontade esclarecida para alcançarmos a meta de um relacionamento exemplar.

Nesta última etapa de minha visita à Bolívia, da qual levo comigo sensíveis recordações, quero renovar a toda a nação boliviana e a Vossa Excelência, Senhor Presidente, em nome do povo brasileiro e no meu próprio, o profundo agradecimento pela fraternal simpatia com que a nação boliviana correspondeu, na minha pessoa, ao preito de amizade da nação brasileira.

DISCURSO PROFERIDO, EM BRASÍLIA,
EM 1º DE MAIO DE 1974, NO DIA UNI-
VERSAL DO TRABALHO.

Brasileiros

Ao definir as diretrizes gerais, administrativas e políticas do Governo, declarei, não há muito, que «o homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região, onde viva ou trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional».

Não há data mais significativa para reafirmá-lo que a de hoje — o Dia Universal do Trabalho — quando, na personalidade dinâmica do trabalhador, exalta-se realmente, em comunhão nacional, o espírito criador de todo o povo desta terra que, com o suor de suas mãos e a energia de sua vontade, de um extremo a outro do país, constrói hoje o Brasil grande de amanhã. A ele pois se dirige esta mensagem de estímulo, de confiança e sobretudo de fé que, ao mesmo tempo, é um compromisso e, também, é demonstração de quanto os governos, nascidos da Revolução de 64, têm decididamente se empenhado em estender, a todos os brasileiros, em todos os

recantos do território, benefícios tangíveis do nosso desenvolvimento.

A todas as categorias sociais da população, nas cidades como no campo, pretende o atual Governo assegurar efetivamente uma dupla proteção: a da legislação do trabalho, de um lado, vigilante e justa, e, de outro lado, a da legislação da previdência e assistência social, tão ampliada quanto possível. Embora naturalmente diferenciados na aplicação, devido às diversidades regionais e condições de vida ou de trabalho, esses dois regimes visarão, em conjunto e essencialmente, à proteção efetiva do homem, da mulher e da criança, contra a miséria, a doença e o desemprego, e a assegurar-lhes bem-estar e vida digna.

Notórias são, entretanto, as crônicas deficiências de nosso sistema de previdência e de assistência social.

O Governo pretende remediá-las, principalmente melhorando o atendimento e reduzindo os custos, com a criação de um Ministério próprio, através da Lei já aprovada pelo Congresso e que, nesta oportunidade, tenho grande satisfação em sancionar. A legislação complementar indispensável já está também elaborada: um Decreto que agora assino, dispõe quanto à vinculação de órgãos à área de cada um dos Ministérios separados, o do Trabalho e o da Previdência e Assistência Social; outro projeto de Lei, que ora encaminho ao Poder Legislativo,

trata da instalação do novo Ministério, cujo funcionamento se deseja implementar em curto prazo.

Ao Ministério do Trabalho atribuem-se, agora, recursos mais amplos, destinados à importante tarefa que lhe cabe no adestramento da mão-de-obra, para que trabalhadores, mais bem qualificados, possam produzir mais e mais eficientemente, fazendo jus, assim, a maior remuneração. E, em especial, cuidar-se-á efetivamente de aperfeiçoar o sistema de proteção contra acidente do trabalho. É oportuno mencionar os expressivos resultados já alcançados pelo «Programa de Integração Social» instituído em boa hora pelo benemérito Governo Médici. Seu valor atinge presentemente a 5 bilhões de cruzeiros, devendo elevar-se, em meados da década dos 80, a cerca de 85 bilhões. Após 3 anos apenas de vigência, a cota média acumulada do Programa é de 660 cruzeiros por pessoa. Paralelamente, exerce um estimulante efeito de redistribuição de renda, pois, enquanto a cota acumulada para um trabalhador que perceba o salário mínimo é de 528 cruzeiros, a de quem ganhe 50 vezes mais não chega ao dobro daquele valor.

Das organizações sindicais que almejo ver dia a dia mais fortalecidas, bem como da justiça do Trabalho, estou certo que não faltará colaboração pronta e diligente, seja para o melhor ajustamento das relações entre as diversas classes sociais, indispensável à harmonia e paz que vêm

propiciando o progresso da Nação e o crescente bem-estar de nosso povo, seja no apoio, vigoroso, às iniciativas governamentais — e serão muitas — visando a assegurar, à sociedade brasileira, um regime de ordem, equilíbrio, e de justiça social.

Mediante um diálogo elevado e franco que se quer, assim, respeitoso e construtivo, entre as autoridades e as entidades de classe, esperamos nunca venham a medrar desconfianças, ressentimentos e tensões insuportáveis, prejudiciais à própria dinâmica do desenvolvimento acelerado em que estamos empenhados.

Desse modo, a Revolução de 64 sentir-se-á, afinal, realizada, identificando-se, em plenitude, com as legítimas aspirações dos trabalhadores brasileiros, aos quais, na verdade, quase em tudo se deve a grandeza da Pátria.

DISCURSO DE SAUDAÇÃO AO PRESIDENTE ALFREDO STROESSNER, DO PARAGUAI, EM FOZ DO IGUAÇU, 17 DE MAIO DE 1974.

Exmo. Senhor Presidente da República do Paraguai General-de-Exército

Alfredo Stroessner.

A presença de Vossa Excelência em Foz de Iguaçu, marco singular da fronteira que mais une do que separa nossas duas pátrias, proporciona-me a satisfação muito especial de lhe dar calorosas boas-vindas em nome do povo brasileiro. As manifestações espontâneas da população local, que se engalanou para recebê-lo, traduzem o respeito que de todos merece a personalidade de Vossa Excelência e, mais ainda, a admiração e o afeto que os brasileiros cultivam pelo valoroso povo guarani.

O ato que ora nos cumpre presidir, de instalação da empresa binacional ITAIPU, prenhe de significado histórico, é testemunho adicional, inconcusso, da confiança recíproca que inspira a ação de nossos governos e da firme, da

inabalável decisão de abrir novas e mais dinâmicas perspectivas ao futuro de nossas pátrias.

O Brasil e o Paraguai demonstram, assim, compreender bem que o desenvolvimento, responsabilidade privativa máxima de cada povo, melhor se realiza quando se abandonam os caminhos solitários e egoístas. Na verdade, sua plena, efetiva e mais rápida implementação requer as amplas avenidas da cooperação, do entendimento e da solidariedade entre nações. Nesse sentido, nossos países dão aqui testemunho exemplar.

O Tratado de Itaipu, documento inspirado nessa elevada filosofia de convivência internacional pacífica e solidária, revela a quando pode chegar o espírito de cooperação entre nações que exploram, com pragmatismo responsável, as possibilidades generosas da ação comum para um desenvolvimento alicerçado na segurança econômica coletiva. Ademais, o Tratado se caracteriza, de modo marcante, em todas as suas cláusulas, pelo respeito à igualdade soberana das Partes Contratantes e à mais estrita justiça e equidade no relacionamento entre as mesmas.

A obra que vamos juntos empreender, aguardam-na com esperança e mesmo impaciência nossos dois povos, cômicos de que os mananciais de energia a serem mobilizados desencadearão extraordinário surto de progresso para o Paraguai e o Sudoeste brasileiro. O Paraguai é, de fato, um país que ressurgiu com

vigor redobrado da riqueza de suas águas. E o Sudoeste brasileiro, vivificado, poderá ser uma plataforma amiga à sua projeção extracontinental.

Apertados cada vez mais os laços de amizade fraterna, que de há anos vimos entretecendo, através de ampla colaboração nos campos da cooperação técnica, do intercâmbio cultural e do desenvolvimento econômico, tornou-se Itaipu possível. Pronto, será imponente realidade de cimento e de aço a atestar a energia criadora de dois povos irmãos que almejam e querem construir, pelo seu patriotismo e esforço, a grandeza de suas terras, a segurança de seus lares, a tranqüilidade, o progresso e a paz.

Ante essa magnífica realidade — a do aproveitamento conjunto do potencial hidrelétrico deste trecho contíguo do rio Paraná — podemos estar certos de que o Paraguai e o Brasil hão de prosseguir na sua marcha incansável para novos e mais altos destinos, confiantes na efetividade de suas relações solidárias e fraternas.

Com esses sentimentos, Senhor Presidente, renovo-lhe, em nome do Governo e do povo brasileiro, a expressão da cordialidade e afeto com que o recebemos no território amigo de nossa pátria.

DISCURSO FEITO, EM SOLO PARAGUAIO,
DURANTE AS CERIMONIAS DA INSTALA-
ÇÃO DE ITAIPU, EM 17 DE MAIO DE 1974.

Exmo. Senhor Presidente da República
do Paraguai, General-de-Exército Alfredo
Stroessner.

Suas generosas palavras penhoram-me sobremaneira, a emoção que sinto ao pisar o solo da nobre nação paraguaia e ao experimentar a tradicional e fidalga hospitalidade do povo guarani, ao qual, como todos os brasileiros, me acho tão ligado por laços de sincera admiração e fraterna amizade.

Este nosso encontro, Senhor Presidente, ao ensejo das cerimônias da instalação da Itaipu e da posse de seus órgãos diretores, tem um sentido especial e marcante. Demonstra, de modo inequívoco, nosso desejo, não somente de assinalar a importância decisiva que atribuímos ao grande empreendimento, mas também de deixar patente o propósito consciente e inabalável de nossos Governos de continuar a traduzir em realidade os mais variados projetos de colabo-

ração que nos sugerem as circunstâncias em que se encontram nossos países.

Estou certo, assim, de que Itaipu passará a ser, além da grande obra comum de aproveitamento das potencialidades do trecho contíguo do rio Paraná, o símbolo das relações cada vez mais íntimas e efetivas que nos unem.

É com esses sentimentos de amizade profunda, respeito sincero e real desejo de colaboração fraterna que, ao renovar a Vossa Excelência meus agradecimentos pelas gentilezas que lhe fico a dever, elevo minha taça pela prosperidade crescente da República do Paraguai e pela felicidade pessoal de seu eminente Chefe de Estado.

CERIMONIA DE POSSE DO MINISTRO
NASCIMENTO E SILVA, NA PASTA DA
PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL, EM
4 DE JULHO DE 1974.

Exmo. Sr. Vice-Presidente da República
Srs. Ministros de Estado
Meus Senhores e minhas Senhoras
Dr. Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva.

A área da administração pública em que mais avulta o princípio, por este Governo enunciado desde os primeiros dias, de que «o homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional» — é, sem dúvida, a da Previdência e Assistência Social.

Nela confluem os interesses primaciais do desenvolvimento do país e os imperativos impostergáveis da Segurança Nacional.

O desenvolvimento da Nação — econômico, político e social — visa ao homem inserido na sua família nacional, tanto como legítimo beneficiário do progresso e do bem-estar comuns — para serem justos devem ser comuns — quanto

como agente essencial que a estes promove, consolida e dignifica, ao calor de sua vontade e à luz de sua inteligência.

A segurança nacional repousa nesse mesmo homem, em sua capacidade de ação, em sua resistência à adversidade, em seu espírito e ardor patrióticos. Para tanto, impõe-se, porém, lhe sejam garantidas, em medida razoável, a própria segurança individual e a dos entes que lhe são caros.

Os governos, nascidos da Revolução de 64, embora lutando arduamente contra graves obstáculos no setor econômico e sérios problemas na área da segurança e mesmo da ordem pública, não se descuraram dessa meta, tão nobre quanto justa.

A unificação dos Institutos de Previdência no INPS teve em mira esse objetivo, como também a criação do FUNRURAL, as extensões sucessivas do sistema nacional de proteção social a novas categorias dantes inteiramente desassistidas.

E, no limiar deste meu governo, o desdobramento do Ministério do Trabalho e da Previdência Social traduz, como expressamente foi declarado, o alto nível de prioridade que se quer atribuir à dimensão social do próprio processo de desenvolvimento nacional.

Hoje, completa-se esse passo preliminar a que decidida e ponderadamente se abalançou o

Governo, procedendo-se à instalação do novo Ministério da Previdência e Assistência Social, cuja gestão confio às mãos experimentadas e dignas de V. Ex^a, Sr. Ministro Nascimento e Silva.

Espero que, afinal, a unificação dos antigos Institutos Setoriais de previdência venha a apresentar os benefícios indiscutíveis que todos lhe augurávamos, em racionalidade, planificação, eficiência e rendimento muito mais acrescidos.

Estou certo de que se irá proceder à integração indispensável de vários órgãos que se dispersam e exaurem atividades e recursos governamentais, através de injustificada superposição de atribuições e real desperdício de meios de toda ordem.

Confio, mais ainda, que se possa, mediante gerência vigilante e autera, amealhar recursos ora mal empregados, para ampliar, progressivamente, a proteção social que cabe ao Estado prover, a grupos hoje ainda não assistidos, na verdade os mais carentes dela, nas faixas de maior pobreza.

E que cessem, por fim, as justas reclamações que intraquilizam o Governo em sua própria consciência moral, por se ver a defraudar deveres tão primordiais. Que se saiba inspirar o corpo de funcionários, técnicos e administradores para o cumprimento de encargos que devem ser encarados como verdadeiro sacerdócio, no

quadro de uma ampla e generosa campanha de redenção social. Que se garanta à família brasileira, nas cidades e nos campos, maior segurança contra esse modo desmoralizante da própria condição humana, que é o medo à doença, o medo à invalidez, o medo ao desemprego, o medo à miséria.

É esta tarefa — tão relevante — que, ao empossá-lo no cargo de Ministro da Previdência e Assistência Social, confiadamente lhe entrego, Dr. Nascimento e Silva, como um desafio à altura de sua lúcida inteligência, de sua experiência comprovada e de seu devotamento ao serviço público.

DISCURSO PROFERIDO DURANTE A
CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO PRE-
SIDENTE ECHEVERRÍA, DO MÉXICO, EM
23 DE JULHO DE 1974.

Senhor Presidente,

A visita oficial de Vossa Excelência proporciona-me a oportunidade, extremamente grata, de fazer-lhe entrega das insígnias do Grande Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul, com que o Governo brasileiro quer deixar assinalada sua presença em nosso país.

Vossa Excelência fez-se credor de tão meritória distinção pelo desempenho que soube dar à sua investidura e pelas conotações de sua política exterior, voltada para os problemas da paz, da segurança, do desenvolvimento e da aproximação entre os povos.

Estou seguro, Senhor Presidente, de que bem interpreto os sentimentos de toda a nação brasileira ao deferir-lhe a mais alta condecoração nacional.

Desejo, ainda, significar a Vossa Excelência o mais vivo reconhecimento pela honra

que me concedeu ao outorgar-me o Colar da Ordem da Águia Asteca.

A nação mexicana simboliza, nesse antiga condecoração, sua permanente fidelidade ao papel e à missão que marcam a presença do México no seio da comunidade internacional: a devoção aos ideais mais dignos e mais alevantados da civilização.

A homenagem com que me distinguiu, e a que sou muito sensível, bem demonstra a fidalguia de sua grande Pátria.

Senhor Presidente,

Estou certo de que o Brasil e o México, unidos por laços de estreito afeto e por tantos traços comuns na sua formação histórica continuarão a serviço dos ideais que presidiram à instituição de tão nobres Ordens honoríficas e vêm inspirando a marcha ascensional de nossas Pátrias.

DISCURSO PRONUNCIADO DURANTE A
CERIMÓNIA DE ASSINATURA DE ACORDOS
ENTRE O MÉXICO E BRASIL, EM 24
DE JULHO DE 1974.

Senhor Presidente,

A visita de Vossa Excelência ao Brasil, em meio a inequívocas manifestações de apreço à Nação mexicana e à pessoa de Vossa Excelência, atinge, neste momento, um de seus pontos culminantes.

Documentos de grande significação aqui e agora são assinados, visando a uma fecunda e ampla repercussão no contexto de nossas relações bilaterais.

O Acordo Básico, que regulará a cooperação nos campos científico e tecnológico, e os textos que disciplinam sua execução, abrem perspectivas muito animadoras em domínio que, cada dia, se faz mais importante. O ritmo adquirido pela revolução industrial e as transformações que se operam em conseqüência, no âmbito da existência das nações e dos indivíduos, estão a indicar, de maneira insofismável, que aqueles que se deixarem distanciar, nesse

domínio, perderão toda e qualquer possibilidade de atuar como agentes da História. Espero, Senhor Presidente, que tal Acordo Básico entre, desde logo, em vigor e corresponda, na prática, às melhores esperanças de todos nós.

Outros instrumentos, de não menor valia, acabam igualmente de receber assinatura, entre eles cabendo ressaltar o acordo sobre transportes marítimos. Uma vez consubstanciadas as medidas nele previstas, será possível estabelecer um fluxo regular e significativo de comércio entre ambos os países, com profundos e duradouros reflexos, inclusive no que tange ao turismo, objeto de um dos instrumentos também hoje assinados.

Estimaria assinalar, ainda, pelas perspectivas a que dá origem, o convênio entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Nacional Financeira, do México. A série de estudos planejados, em áreas da maior importância e prioridade na vida dos dois países, poderá desvendar novos e múltiplos caminhos de entendimento e cooperação, a curto e médio prazos. A agenda da próxima reunião da Comissão Mista Brasil-México deixa bem patente, por outro lado, que as nossas relações se encaminham decididamente para uma nova etapa, de íntima cooperação e dinamismo, em maior consonância com os laços de afeto e simpatia, que sempre nos uniram.

Senhor Presidente,

Os atos a que aludi dizem bem alto da significação das decisões adotadas no momento em que o Brasil se rejubila de acolher, na pessoa de Vossa Excelência, o mais alto representante de uma nação de tão reconhecida vocação americanista, como os Estados Unidos Mexicanos.

SAUDAÇÃO AO PRESIDENTE ECHE-
VERRIA, DO MÉXICO, EM 24 DE JULHO
DE 1974.

Excelentíssimo Senhor Licenciado

Luiz Echeverria Alvarez,

Presidente dos Estados Unidos Mexi-
canos.

A presença de Vossa Excelência, recebem-na o Governo e o povo brasileiros como testemunho da amizade que, desde os albores da independência, vem caracterizando as relações entre o Brasil e o México. Vossa Excelência, sem dúvida, deu-se perfeita conta, ao ensejo de sua permanência em São Paulo e no Rio de Janeiro, bem como no decurso das horas em que se encontra na Capital Federal, da admiração e afeto que, entre nós, rodeiam o México e o seu povo. E sentimento igual estende-se à personalidade de Vossa Excelência, cuja obra de governo, assinalada, no plano interno, por intensa preocupação de justiça social e desenvolvimento econômico, e, no âmbito das relações internacionais, por nítida

compreensão da interdependência das nações, fez-se amplamente conhecida pela opinião pública em todo o Continente.

A convicção de que o panorama do mundo de nossos dias não se compadece com atitudes de isolamento, de que os problemas da conjuntura internacional reclamam, para sua solução, a cooperação de todas as nações amantes da paz e obedientes às regras jurídicas e morais da convivência, tornou-se uma constante da atuação de Vossa Excelência. Por isso mesmo, um dos pontos cardiais da política externa de Vossa Excelência, Senhor Presidente, tem sido o esforço permanente por definir, de modo claro e preciso, os direitos e os deveres dos Estados na esfera econômica. Preocupação essa que reflete, também, em seu espírito, um anseio da família dos Estados Americanos, já esboçado, embora de modo incipiente, na Carta da Organização regional.

O Brasil, dentro da sua tradição e das convicções arraigadas que possui, vem igualmente emprestando solidariedade à elaboração da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados. As características especiais das relações internacionais no pós-guerra conduziram o Brasil a também advogar, como o fez, ainda há pouco, na reunião de Ministros das Relações Exteriores do Continente em Washington, o princípio da segurança econômica

coletiva para o desenvolvimento, contrapartida da própria segurança política.

As linhas mestras da política exterior do Brasil são, destarte, Senhor Presidente, pautadas na cooperação com todas as nações, mormente as do hemisfério, e no propósito de harmonizar os interesses de nosso país com essa regra de ação, que visa, como objetivo maior, a um esforço concertado em prol do desenvolvimento nacional e continental. Assim procedemos por nos acharmos firmemente convencidos de que o desenvolvimento, embora responsabilidade precípua de cada Estado, se beneficia e se fortalece com uma política dessa índole, que alarga o campo de ação nacional, amplia as possibilidades de mercado, permite um maior fluxo de investimentos e possibilita o emprego das tecnologias mais avançadas, desde que se ajustem ao quadro nacional onde se busca implantá-las.

Essa política de colaboração tem naturalmente como pressuposto básico uma norma de invariável respeito e acatamento a todas as soberanias existentes. Não queremos, de maneira alguma, predominar — coube-nos acen-tuar em outra oportunidade — pois não acei-tamos hegemonias no seio da comunidade das nações e acreditamos que a cooperação é mais propícia que o antagonismo e o respeito mútuo mais adequado que as aspirações de domínio.

Senhor Presidente,

O Brasil e o México, no curso de sua vida independente, vêm observando uma conduta internacional pautada pelo respeito rigoroso aos grandes princípios que sempre dignificaram a presença dos Estados americanos no concerto das nações. Não se apontam, por isso mesmo, desvios ou hesitações em nossa maneira de atuar.

Se esse é o panorama de nossas relações, no contexto do continente e do mundo, cumpre referir que, no plano bilateral, jamais existiu, entre nós, contencioso de qualquer espécie. A agenda de nossas Chancelarias tem sido marcada por uma ausência total de litígios. Essa circunstância permite a existência de uma perfeita naturalidade e espontaneidade de trato entre nossos países e uma predisposição constante em buscar fórmulas e meios de incrementar as relações mútuas. É evidente, Senhor Presidente, que dispomos de amplas possibilidades de tornar intenso e fecundo o intercâmbio bilateral, de toda ordem, entre o Brasil e o México. Acham-se já definitivamente superadas as contingências que dantes marcavam a vida do continente com um pronunciado isolamento, pelas extremas dificuldades de comunicação. No caso particular do Brasil e do México, problemas de transporte subsistem em parte e continuam a obstruir o progresso do comércio

recíproco e o desenvolvimento de todas as outras modalidades de intercâmbio. É, assim, chegado o momento de estabelecer uma nova dinâmica no âmbito bilateral, criando linhas de navegação marítima, estimulando o transporte aéreo e ajustando modalidades de cooperação em todos os campos, de modo a tornar reais e proveitosas, para ambos, as relações recíprocas. Os numerosos acordos a serem firmados durante a grata visita de Vossa Excelência e a agenda da próxima reunião da Comissão Mista constituir-se-ão — estou seguro — em marco singular dessa nova etapa das relações bilaterais, que desejamos à altura de nossas mútuas possibilidades e do afeto e admiração que unem nossos países.

Senhor Presidente,

É com um sentimento de especial amizade para com sua grande e nobre Pátria que dou as boas vindas a Vossa Excelência. As afinidades entre nossos países, estabelecidas por extraordinária semelhança no processo de formação histórica, fazem com que existam, entre ambos, substanciais analogias. Não obstante essas identidades, as nações que surgiram caracterizam-se pelas suas marcantes personalidades nacionais e pela energia, tenacidade e fé com que constroem seu destino nesta terra livre da América.

Com o pensamento voltado para essa obra de afirmação nacional, levanto minha taça, em nome da nação brasileira, pela felicidade do povo mexicano e de seu insigne Presidente.

ASSINATURA DO PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO NAVAL. NA GUANABARA, EM 5 DE AGOSTO DE 1974.

O Governo aprova, hoje, aqui na Guanabara, o PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO NAVAL para o período 1975/1979, um dos empreendimentos de maior dimensão já lançado no país. Os investimentos correspondentes serão da ordem de Cr\$ 25 bilhões, equivalendo a US\$ 3,3 bilhões, aplicados na construção de 765 embarcações.

O programa compreende encomendas novas no total de 5,3 milhões de tpb — quase três vezes o do programa anterior. Levando-se em conta o remanescente de encomendas, os nossos estaleiros deverão produzir, no próximo quinquênio, embarcações com o total de 6,1 milhões de tpb.

O novo Estado do Rio de Janeiro, criado pela fusão, responderá por 90% da produção do setor, no país.

Esse novo Programa de Construção Naval constitui, antes de tudo, uma afirmação da capacidade econômica e tecnológica do Brasil, que

dos pontos-de-vista quantitativo e qualitativo, passa a situar-se no grupo dos maiores construtores navais do mundo.

Quando, na altura de 1967, o Brasil se lançou na construção seriada de «liners» de 12.000 tpb, houve dúvidas, no exterior, quanto ao êxito da iniciativa. Passa o país, agora, a ter condições de produzir supertanques de até 450.000 tpb.

É o Programa, por outro lado, uma demonstração da real possibilidade de se desenvolver uma indústria de base, de grande porte e tecnologicamente complexa, através da iniciativa privada, nacional e estrangeira. E os empresários do setor sabem bem que, na área, a preocupação do Governo tem sido, invariavelmente, apoiar e fortalecer a ação privada.

A Revolução, principalmente a partir de 1967, decidiu realizar o desenvolvimento do transporte marítimo, procurando levar a bandeira brasileira a todos os quadrantes do mundo, como instrumento de expansão de exportações e de economia de divisas. Presentemente, a participação da bandeira brasileira, no total de fretes gerados em nosso comércio exterior, já se situa no nível de 45%.

A atual situação internacional torna mais imperiosa essa necessidade. Cabe, nesse quadro, reduzir significativamente o percentual de afretamentos de navios, em que gastamos cerca de US\$ 1,6 milhão por dia.

Da mesma forma, é importante dar impulso à cabotagem, para substituir o uso irracional do sistema rodoviário como ainda ocorre frequentemente entre nós.

Daí se infere a prioridade do Programa de Construção Naval ora lançado, como peça importante da estratégia do atual Governo.

Entre suas características, cabe destacar que, nas novas encomendas, 77% de tonelage devem corresponder a grandes navios — graneleiros, petroleiros e mistos —, e apenas 17% à carga geral. Assim, no final da década, estará o Brasil com a maior parte de sua frota, mais de 70%, especializada.

Realizar-se-á, no período, outrossim, um grande esforço de desenvolvimento da pesquisa tecnológica e da elaboração de projetos no setor, objetivando a formação de uma tecnologia nacional, adaptada aos insumos produzidos no país, às características da nossa mão-de-obra e às necessidades da nossa Marinha Mercante.

É importante salientar, também, que o setor de construção naval gera, atualmente, cerca de 15.000 empregos diretos, total que se deverá elevar a 21.000, quando os novos investimentos estiverem em plena operação, com elevada participação de operários especializados e semi-especializados, e, bem assim de técnicos e executivos.

Apresenta o Governo, desta forma, à Nação Brasileira, um dos empreendimentos mais expres-

sivos a ser realizado no próximo estágio de nosso desenvolvimento.

Expressivo por mostrar o resultado da continuidade de ação governamental no período da Revolução. Expressivo, por representar uma atuação integrada de Governo — como se vê pelo número de Ministérios que participaram da elaboração do Programa, com o Ministério dos Transportes à frente. Expressivo, ainda, por se exercer em uma das áreas em que mais de perto cooperam o setor público e a iniciativa privada, com armadores e estaleiros atuando em esforço conjugado e fecundo. E, por fim, expressivo pelos significativos resultados que, certamente, dele resultarão.

DISCURSO FEITO AOS DIRIGENTES DA
ARENA, NO PALACIO DA ALVORADA, EM
29 DE AGOSTO DE 1974.

Exmo. Sr. Vice-Presidente da República

Exmos. Srs. Ministros de Estado da Justiça
e do Gabinete Civil

Exmos. Srs. Presidentes do Diretório Na-
cional da ARENA e membros de sua Comissão
Executiva

Exmo. Sr. Presidente dos Diretórios Regio-
nais da ARENA

Srs.

Agradeço a visita que os dirigentes nacio-
nais e estaduais da Arena ora aqui me fazem e,
penhoradamente, a saudação que, em nome de
todos, acaba de ser proferida pelo Presidente
Nacional do Partido, o Exmo. Sr. Senador
Petrônio Portela.

A oportunidade é propícia para reiterar e
desenvolver alguns conceitos que apenas aflorei
em meu primeiro discurso político, perante a

Convenção Nacional do Partido, a 15 de setembro do ano findo.

Faço-o, agora, como chefe político da Aliança Renovadora Nacional, às vésperas do pleito que se realizará em breve, de norte a sul do país, e no início da campanha eleitoral caracterizada pela arregimentação e motivação do eleitorado que, livremente, comparecerá às urnas, sem pressões, nem coação à autêntica manifestação de sua vontade soberana.

Entendo fazê-lo porque há verdades que, embora evidentes a qualquer análise desapassionada, exigem sempre ser ditas e reditas, para que não as abafem *slogans* mistificadores nem formulações irrealistas que, muito mais que à razão, apelam a paixões insensatas e mesmo a impulsos menos nobres.

«A portentosa construção» do futuro de grandeza que desejamos e antevemos para a nossa Pátria, deverá «realizar-se, necessariamente, no quadro de nosso regime democrático», obedecidas regras fundamentais da conduta política, tais como as do atendimento real às mais caras aspirações do povo em geral, da representatividade legítima da vontade popular e da rotatividade periódica dos executivos, através de uma estrutura partidária, de natureza plural, dentro dos moldes constitucionais.

A proliferação de organizações partidárias, em sua grande maioria frágeis e inautênticas,

mercadejando, muitas, seu apoio no balcão da barganha política, interesseira e personalista — e assistimos a isso, repetidas vezes, no período anterior à Revolução de 64 — é, sem dúvida, nefasta ao país. Do mesmo modo, também nefasta seria a instituição do sistema constrangedor do Partido Único, fruto e fator de cerceamento das liberdades políticas, embora sejam estas, substanciais ao natural desenvolvimento do regime.

Na verdade, como já o disse uma vez — «os partidos políticos, tanto do governo como da oposição, cada qual no papel que lhe cumpre desempenhar, são essenciais ao estilo de vida democrático, como veículos exclusivos de participação do povo na organização do poder e como responsáveis pela continuidade do sistema representativo».

Importa pois — e importa muito — desenvolver-lhes o campo de suas atividades específicas, para que não se transformem em organismos infecundos, de atuação confinada aos episódicos períodos pré-eleitorais, mas sejam, de fato, elementos vitais na formação de uma vontade nacional, através do debate de programas e teses e da abertura de seus quadros à revigorante juventude que aí deverá encontrar ambiente sadio e adequado ao exercício da atividade política.

Cumpram não permitir que os partidos sejam organismos com mera e estéril atuação de cúpula.

E impõe-se dotá-los de capilaridade suficiente para que sua mensagem seja capaz de chegar até as menores e mais distantes unidades administrativas e possam eles captar, com fidelidade, as reais aspirações da população brasileira.

Os reajustamentos fundamentais que cabe realizar para aperfeiçoamento do regime democrático, dependem, em larga escala, da eficiente motivação política do povo brasileiro, tarefa a que se devem entregar, prioritariamente, os partidos.

O Governo, de sua parte, está firmemente empenhado na melhoria dos padrões da vida política brasileira. A pureza do sistema eleitoral, livre de vícios de qualquer natureza, é fundamental à revelação de novas vocações e ao surgimento de novas lideranças que ampliem a participação popular em todos os níveis.

Com esse propósito, vimos de sancionar projeto iniciado na Executiva Nacional da ARENA, o qual, graças à pronta aprovação do Poder Legislativo, foi transformado em lei.

A partir de agora, o transporte e a alimentação de eleitores da zona rural ficarão a cargo da Justiça, opondo-se, dessa forma, obstáculos definitivos ao abuso do poder econômico nas eleições. Do mesmo modo, ao se aprimorar o direito dos partidos ao acesso gratuito às estações de rádio e televisão, proibiu-se a propaganda onerosa que favorecia os candidatos de maiores possibilidades financeiras.

Da igualdade entre os partidos, evolve-se, assim, para a igualdade entre os candidatos e enseja-se a que também concorram aos pleitos eleitorais os desprovidos de fortuna, mas certamente bem capazes de valorizar os quadros políticos da Nação. Por fim, limitou-se a ação dos governos estaduais e municipais ao estritamente necessário à continuidade administrativa, a fim de que não haja excessos propiciadores de abuso do poder suscetível de defraudar a vontade das urnas.

Falando a correligionários da Arena, agradeço-lhes, mais uma vez, a manifestação de sua solidariedade e recolho novos estímulos para me empenhar, com redobrado entusiasmo, na tarefa de conduzir os destinos do Brasil. Ao Partido, desejo significar, por intermédio dos Presidentes dos Diretórios Regionais, que o Governo confia em sua decidida atuação como suporte político da Revolução Brasileira.

Conclamo-os todos, por isso, à vitória nas urnas de 15 de novembro, certo de que o êxito eleitoral da ARENA representará a aprovação popular aos postulados básicos que enformam os governos revolucionários, integralmente preocupados em assegurar melhores condições de vida ao povo brasileiro.

Cabe aos líderes o privilégio de serem, também, nesse plano, os primeiros pelo exemplo. As disputas legítimas que oxigenam a vida partidária, devem agora ceder lugar ao interesse

maior da agremiação, notadamente quando se apresta a um confronto com seu antagonista político. Vida partidária não há sem profundo sentimento de lealdade, capaz de imoral o individual em favor do coletivo.

A Arena não é e não deve ser um partido das unanimidades condicionais, mas um organismo vivo, onde o debate seja livre e todos participem efetivamente de suas decisões. Compreensível é o clima de luta e emulação que, de certo, constitui elemento fecundante da atividade política. Todavia, uma vez estabelecidas as diretrizes, a disciplina em segui-las, entusiasmaticamente, é fundamental à vida partidária e decisiva para o conceito e respeitabilidade pública da agremiação.

A vida democrática, repito, não se desenvolve, nem se aperfeiçoa com reduzidos níveis de participação popular. Esta somente se completa e efetiva através das organizações partidárias. Desejo, sinceramente, que as próximas eleições sejam um passo avante no processo de modernização das estruturas políticas brasileiras e a manifestação de intensa participação popular. A esta tarefa de mobilização deve-se empenhar a Arena.

Meus Senhores

Falando, agora, mais como responsável principal pelo Governo da República do que como Chefe de Partido, cabe-me ainda repor-

tar-me a alguns pronunciamentos que tendem a perturbar a vida da Nação.

Ante recentes manifestações, tanto individuais como de algumas associações e assembléias, sobre o momento político brasileiro, largamente difundidas e comentadas pela imprensa, impõe-se pronunciamento oficial esclarecedor, para que não se criem graves mal-entendidos, nem surjam incompreensões ou dúvidas quanto à posição definida que o Governo está decidido a manter no quadro político nacional.

A propósito, convém desde logo ressaltar palavras que procurei tornar nítidas e precisas quando, ainda candidato, fiz pública manifestação das minhas convicções democráticas, mas também da linha de conduta que indefectivelmente seguirei como Presidente da República.

Disse então: «No aperfeiçoamento do regime e, pois, das estruturas pertinentes, dever-se-á não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe cumpre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros. As modificações necessitam ser realistas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva, e corresponder incontestavelmente à nossa índole e à vontade política da nação, interessada, sobretudo, em que se não quebre o

clima de tranqüilidade indispensável ao pleno rendimento de seu labor ordenado e produtivo».

E, mais tarde, na reunião ministerial de 19 de março de 1974 acrescentei: «Os instrumentos excepcionais de que o Governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país, sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que sejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional».

Referia-me assim, e espero não haver dado margem a falsas interpretações, ao mecanismo dos atos institucionais e complementares em vigor, à legislação especial sobre segurança nacional e outros poderes deferidos pela Revolução às responsabilidades acrescidas do Chefe do Poder Executivo.

Desta forma, o Governo acolhe, com interesse, os debates e as discussões sobre a problemática política brasileira, que venham fornecer fundamentos e substância à tarefa renovadora que se deve realizar, da institucionalização objetiva e realista do ideário da Revolução de 64, em que se traduzem antigos e renovados

anseios do povo brasileiro. Não aceita, porém, nem poderia admitir jamais, pressões indevidas ou campanhas reivindicadoras de indivíduos ou de grupos quaisquer que, sob variados pretextos, empunhando até mesmo a bandeira de nobres ideais e valores eternos, pretendam forçar mudanças e revisões inconvenientes, prematuras ou imprudentes, do quadro político nacional. Por trás delas, sem grande esforço, divisa-se a permanente e estéril agitação de conhecidas minorias subversivas ou de já bem identificados beneficiários da subversão, os quais, pela contestação, esperam criar o clima de intranqüilidade e desordem em que soem prosperar.

É dever do Governo assegurar condições plenamente satisfatórias de liberdade, sem discriminações quaisquer, a todos os brasileiros que, pacificamente, se dedicam ao trabalho construtivo, em proveito de si mesmos, de suas famílias e de sua pátria. Nada tem a temer, portanto, quem não infringe a lei, quem não se envolve em processos de contestação do regime, quem não se deixa comprometer nas malhas da subversão.

Preocupação fundamental do Governo, também, é e será a da preservação do clima de ordem, de paz e de estabilidade que basicamente responde pela continuidade do desenvolvimento nacional. Os órgãos de segurança continuarão atuantes, portanto, no combate perseverante, rigoroso mas sem excessos condenáveis, duro

porém sem violências inúteis, pois lhes compete agir para salvaguarda das instituições e da ordem pública.

É que, de forma alguma, se poderá admitir corra o Brasil o risco de vir a colocar-se na indesejável situação de outras nações onde a violência e o crime são fatos lamentáveis de todos os dias, com irreparáveis danos às comunidades e aos direitos mais sagrados da pessoa humana, vilipendiados na demência das paixões sobre-exaltadas.

Prosseguirá o Governo na missão que lhe cabe, de promover para toda a nação, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível — econômico, social e também político — com o mínimo de segurança indispensável. E deseja mesmo, empenhando-se o mais possível para isso, que esta exigência de segurança venha gradativamente a reduzir-se.

Erram — e erram gravemente, porém — os que pensam poder apressar esse processo pelo jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública e, através desta, contra o Governo. Tais pressões servirão, apenas, para provocar contra-pressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo da lenta, gradativa e segura distensão, tal como se requer, para chegar-se a um clima de crescente polarização e radicalização intransigente, com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora. E isso, eu lhes asseguro, o Governo não o permitirá.

REUNIAO MINISTERIAL DE ENCAMINHAMENTO AO CONGRESSO NACIONAL DO II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, EM 10 DE SETEMBRO DE 1974.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República

Senhores Ministros de Estado

O ato que ora aqui se realiza, consiste no encaminhamento, à elevada apreciação do Congresso Nacional, do plano de desenvolvimento econômico e social — II PND — em que o Governo, através da meditação e labor de todos os Ministérios sob coordenação da Secretaria de Planejamento, consubstanciou metas tentativas a alcançar nos próximos cinco anos.

A presença de V. Exas., Srs. Ministros de Estado, mais que a colaboração eficaz de cada um na elaboração de documento tão fundamental ao esforço do desenvolvimento integrado do país, realça o espírito de equipe, multiplicador de energias, com que esperamos — e ante a Nação afirmamos — manter o decidido propósito

de implementar esse Plano com determinação inabalável e flexibilidade realista e vigilante.

A tarefa de planejamento, nos dias de hoje, tornou-se extraordinariamente árdua e difícil, em face das grandes perplexidades de um mundo que ainda não soube se refazer do complexo de crises que o assaltaram ao mesmo tempo, quase que inopinadamente: crise do sistema monetário internacional, crise de energia e de matérias-primas essenciais, crise de uma inflação epidêmica, crise no comércio exterior deteriorando balanços de pagamentos, crise de confiança na estabilidade do futuro fomentando a inquietação social e surtos de violência irracional e destruidora.

Cumprе, pois, aos responsáveis, em todos os escalões de chefia ao longo do multiforme processo de desenvolvimento nacional, compensar os pecados imanentes a um planejamento tal, inserido como se vê num clima todo de incertezas, pela ação pronta e ágil, sábia no aproveitamento de oportunidades novas que se ofereçam, e capaz de atingir, a despeito de obstáculos imprevistos que não deixarão de ocorrer, os objetivos prefixados para a marcha ininterrupta do país aos destinos que lhe almejamos.

É certo que não pode haver lugar para otimismo exagerados, num universo de profecias sinistras que vão da estagnação inflacionária à depressão econômica arrasadora.

Por outro lado, conformar-se, a priori, ante tais expectativas sombrias de dias difíceis, com um pessimismo derrotista, seria refugar o esforço construtivo que, com fé, tudo pode, e aceitar, pela apatia e pelo desânimo, a generalizarem-se em ondas sucessivas, a realização, afinal, daqueles mesmos prognósticos negativos.

Na realidade, o Brasil deverá crescer expressivamente, no próximo quinquênio, a taxas que se comparem às dos últimos anos, tanto mais se levada em conta sua relatividade às modestas marcas econômico-sociais que a grande maioria de países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, para não falar dos subdesenvolvidos, conseguirão a duras penas alcançar, no mundo que em derredor nos circunda.

E o faremos apelando à energia criadora de nossos quadros dirigentes, seja à testa de entidades governamentais, seja à frente das empresas e associações privadas e, mais do que isso, à incansável e provada tenacidade de nosso povo tão sofrido, mas que não se deixará abater pelo espectro de dificuldades acrescidas, as quais temos razões para crer sejam transitórias e certamente superáveis. Ademais, num clima de compreensão, de estabilidade e de ordem, com equanimidade e verdadeiro espírito de solidariedade humana, ofereceremos à cooperação internacional — a capitais, tecnologia, trabalho qualificado — porto seguro e acolhedor na incerteza da hora presente.

Oportunidades não faltarão, tanto a outros como a nós, para a cooperação multiforme e mutuamente benéfica, ponderável fator pelo qual se poderá atingir, em curto prazo e sem abalos profundos, um novo patamar internacional de desenvolvimento e progresso, com o intercâmbio ampliado de bens e serviços, de valores culturais e de padrões tecnológicos.

A verdade é que amadurecemos muito nesses prodigiosos dez anos de revolução renovadora. E, assim, podemos encarar tranqüilamente o futuro que já está próximo de nós, escudados na confiança em que ultrapassaremos, sem grandes delongas, a fronteira do desenvolvimento pleno, graças ao elevado coeficiente de racionalidade, aceitação das verdades mesmo duras e de um sereno pragmatismo responsável que vão permeando, de alto abaixo da estrutura social, as camadas da população deste Brasil renovado.

Ajustaremos a economia nacional, no mais curto prazo possível — e já o estamos fazendo sem choques traumáticos nem abalos esgotantes às novas condições do ambiente internacional, ora tão conturbado. Para tanto, continuaremos persistentemente a eliminar o artificialismo de fórmulas enganosas, e até mesmo socialmente injustas, como a dos subsídios, ao mesmo passo que, por um judicioso mecanismo de incentivos e de desestímulos econômicos, consolidaremos crescentemente o variado campo da produção doméstica que já fomos capazes de criar, e o

expandiremos a setores novos o dos não-ferrosos, dos fertilizantes, de novas fontes de energia, de bens de capital carentes — em que ainda caiba uma política realista de substituição de importações, favorecida pela disponibilidade de recursos e pelas novas escalas de custos internacionais a nos oferecerem perspectivas reais até de competitividade no exterior.

Não desperdiçaremos, por outro lado, oportunidade alguma de criar novas frentes de exportação, mesmo com algum sacrifício interno, e disciplinaremos melhor nossa pauta de importações, de modo a reajustar o balanço de pagamentos a níveis mais confortáveis ante a conjuntura mundial dos próximos anos. Isso exigirá a manutenção de um adequado escalonamento da dívida externa e elevado volume de reservas monetárias, essenciais ambos à captação da poupança externa que, mesmo estando longe de ser altamente expressiva em termos absolutos, constitui variável estratégica crítica para o dinamismo de nosso crescimento econômico e mais rápida melhoria dos padrões de vida do povo.

Contudo, não haverá tarefa mais fascinante, no próximo quinquênio, que a de prosseguir nos novos rumos abertos pela Revolução de 64, para a redescoberta da hinterlândia brasileira e para a construção de uma sociedade, bem mais rica e mais justa.

Caminhos físicos, na trama de uma infraestrutura ampliada e vitalizada, já se abrem para

o sertão nordestino, a hiléia amazônica e a vastidão do planalto central. Mecanismos de conquista econômica dessas regiões vêm sendo preparados há alguns anos, nos roteiros da Revolução.

Mas, agora, já é possível, mediante uma ação integrada eficaz em áreas prioritárias, associar Governo, empresas e trabalhadores com instrumental tecnológico adequado e recursos financeiros suficientes, a fim de impulsionar novos programas e projetos previstos no II PND, os quais transformarão, econômica e socialmente, áreas antes marginalizadas e estagnadas e darão densidade econômica a vazios de homens e de riquezas, sem os perigos da depredação do valioso patrimônio de nossos recursos naturais.

Em outras dimensões da estratégia do desenvolvimento nacional, continuar-se-á a construir toda uma comunidade moderna: no campo setorial, através de atividades novas, tecnologicamente mais avançadas ou economicamente mais eficientes, tanto na indústria como na agropecuária; no desenvolvimento urbano, pela humanização das cidades, sobretudo dos grandes e cada vez mais inóspitos aglomerados metropolitanos; socialmente, enfrentando com objetividade as disparidades flagrantes da distribuição da renda, as exigências da expansão progressiva das oportunidades de emprego, as necessidades impostergáveis de melhoria contínua dos índices nacionais de educação, saúde, habitação, trabalho

e treinamento profissional, previdência e assistência social.

A perspectiva que o II PND abre ao país, se verificado um mínimo necessário de normalidade na situação internacional, revela, ao fim da década, um país com dimensões de potência emergente e estrutura social substancialmente melhorada.

Até 1979, o Brasil já terá superado a barreira dos US\$ 1.000 de renda *per capita*, o que representa a sua duplicação em uma década apenas.

O nosso PIB, em 1977, estará ultrapassando os US\$ 100 bilhões, o que consolida a posição do país como oitavo mercado, no mundo ocidental, e um dos que mais rapidamente se desenvolvem.

A população, em 1980, superior a 120 milhões, apresentará quase 80 milhões convivendo em áreas urbanas. A população economicamente ativa, com participação, no total, superior à das décadas anteriores, estará beirando, naquele ano, os 40 milhões.

Através do crescimento do emprego a taxas superiores a 3,5% ao ano, serão criados, no período, cerca de 6.600.000 empregos novos, bem acima da expansão da mão-de-obra disponível no mercado de trabalho. E isso permitirá reduzir substancialmente a margem de subemprego, nos campos e na periferia das cidades.

Também em 1980, a taxa de alfabetização, na faixa de idade acima de 15 anos, alcançará 90% da população, enquanto o índice de escolarização, no ensino de 1.º grau (até o antigo ginásio), estará em 92%. A expectativa de vida da população ter-se-á elevado para 65 anos, índice comparável ao de muitas áreas desenvolvidas.

Meus Senhores

O Brasil já revelou poder construir uma sociedade sem problemas insolúveis, dotada de estruturas abertas e sem a cristalização de quaisquer minorias contestantes. A dimensão humana tem sido uma constante em toda a nossa formação histórica, ao lado da imaginação e da criatividade, reveladas na economia, na vida social, no esporte, na criação cultural e artística.

Tais características nobres da cultura nacional devem fundir-se, dentro de uma organização social moderna, para servir à construção nacional, numa visão realista, mas sem ceticismo, atualizada sempre, com firmeza de objetivos e continuidade de orientação.

Essa, a última palavra da mensagem que queremos dirigir à nação, a fim de promover a convergência de idéias indispensável para que o II PND, cujo projeto neste momento submeto à elevada consideração do Congresso Nacional, seja plenamente aceito e alcance na execução, integralmente, os seus objetivos básicos.

As novas realidades, do Brasil e do mundo, exigem que o país aprenda a conviver com situações novas a cada passo e, freqüentemente, com situações realmente complexas.

Que isso não nos preocupe em demasia, nem abale a nossa confiança.

Foi com energia, convicção e capacidade de planejar e agir que enfrentamos as dificuldades internas do início da década de 60.

O momento atual exige, do povo e do Governo, o mesmo espírito de luta e idêntica capacidade de ação.

E está a exigir, sobretudo, ordem, serenidade, confiança, dedicação ao trabalho e um senso de grandeza à altura da grandeza desta imensa pátria.

SAUDAÇÃO AO SENHOR KAKUEI TANAKA, PRIMEIRO MINISTRO DO JAPÃO, NO JANTAR OFERECIDO EM 16 DE SETEMBRO DE 1974.

Senhor Primeiro Ministro,

A presença de Vossa Excelência no Brasil vem demonstrar, uma vez mais, quanto o Governo e o povo de seu nobre país são sensíveis à amizade e admiração que lhes devotam o povo e o Governo do Brasil.

A nação que o acolhe neste momento tem plena consciência do que representa sua honrosa visita. Em nome de todos os brasileiros, desejo saudar, na pessoa de Vossa Excelência, o país a que estamos unidos por um profundo sentimento de simpatia e de respeito.

A história das relações entre o Brasil e o Japão pertence a este século. Não são muitos, porém, os exemplos de dois países que possuam condições tão propícias para desenvolver laços de aproximação e de harmonia. Assim, nas poucas décadas da nossa história comum, foi possível construir, com solidez inigualável, a

base de uma cooperação que se tem revelado das mais frutíferas no presente e das mais promissoras para o futuro.

A deliberação de obter benefícios para ambos os povos, o empenho comum e a confiança recíproca nos permitiram resultados que constituem hoje uma realidade tangível na forma de inúmeros empreendimentos e cada vez mais freqüentes iniciativas em todos os setores da atividade produtiva do país.

Como foi possível chegar a esses resultados e ao patrimônio das realizações conjuntas, de que nos orgulhamos, não é difícil explicar.

O Brasil quer o progresso, mas repudia a guerra; cultiva a sua individualidade, mas recusa o isolamento; não cede na sua soberania, mas tampouco renuncia aos princípios da justiça internacional.

No equilíbrio dessas posições e na compreensão de que elas não se contradizem, antes se reforçam porque complementares, encontra-se a inspiração a que o Brasil confia o seu destino de nação livre, com a exata consciência do papel que lhe deve caber na comunidade internacional.

O Japão tem dado ao mundo demonstrações inequívocas de que assume os deveres inerentes à sua condição de país proeminente na família das nações. Sabemos que esses deveres serão observados na sua plenitude. A garantia não é, apenas, o extraordinário

caráter de seu povo ou a sabedoria de seus dirigentes, mas sobretudo as qualidades intrínsecas de sua civilização milenar.

A coincidência em torno desses princípios e o profundo apreço das duas nações pelos valores morais constituem fundamento da sua colaboração. Sabe cada uma delas que a confiança mútua e a harmonização de interesses são os ingredientes indispensáveis para o bom êxito das tarefas comuns.

Quero dizer, também, que a autêntica cooperação entre países pressupõe a existência necessária de respeito integral à independência e à soberania dos Estados bem como às responsabilidades, indivisíveis e intransferíveis, dos Governos de cada um deles.

Os países associam-se, unem-se, justapõem-se ou mesmo se identificam; porém, nunca se confundem. E isto é não apenas uma contingência, mas uma condição útil e necessária, porque a riqueza da coletividade por eles formada é função inelutável do progresso e da melhoria que seus membros só poderão obter de conformidade com sua própria individualidade, preservadas suas características essenciais e peculiaridades.

Estou convencido de que o respeito à soberania e à independência de cada Estado não é um capricho ou um simples conceito acadêmico,

mas a base realista para uma cooperação viável e produtiva.

O Brasil e o Japão cumprem, com rigor, essas regras de convivência. E porque assim o fazem, podem exhibir ao mundo um modelo de amizade entre dois países, distanciados pela geografia, mas cada vez mais próximos um do outro pela soma dos seus interesses solidários e pelo acervo de suas realizações em comum.

Senhor Primeiro Ministro,

A oportunidade que se abre com sua visita ao Brasil para o diálogo entre os nossos dois Governos vem permitir a consideração de vários temas da nossa pauta bilateral. Estou certo de que esses entendimentos irão ampliar ainda mais os horizontes da cooperação entre o Brasil e o Japão.

Na sua visita a outras partes do território brasileiro, Vossa Excelência poderá testemunhar como progrediram os empreendimentos já consagrados e quanto existe ainda por realizar-se, a merecer igual patrocínio dos dois Governos.

Sua visão de estadista, forjado na experiência de conduzir um povo de grandes anseios e de inesgotável capacidade e imaginação, facilmente o levará a reconhecer que o Brasil não esmorece na sua determinação de luta para atingir o nível de prosperidade e satisfação

mínima devida a um povo que trabalha para ter direito de viver com dignidade e altivez. Verá, também, Vossa Excelência que este é um país imune aos males do preconceito, à tragédia da prática de segregações sociais, e que constituímos uma sociedade formada de contribuições das mais diversas origens. É nosso orgulho ostentar a riqueza dessas múltiplas influências culturais e, ao mesmo tempo, o soberano sentimento, comum a todos os brasileiros, de ilimitado amor à terra natal.

Também o povo japonês — laborioso, nobre na sua dedicação à pátria — revela o mesmo sentimento, que tanto o engrandece no conceito universal.

Os dois povos e respectivos Governos celebram, neste dia, a implantação de um novo marco no caminho da cooperação constante e da amizade perene entre os dois países.

Permita-me, Senhor Primeiro Ministro, levantar minha taça num brinde pela saúde de Sua Majestade, o Imperador Hiroito e pela prosperidade da grande nação japonesa.

Meus Senhores

Agradeço-lhes a acolhida com que me distinguem nesta primeira visita que, na qualidade de Presidente da República, faço à Amazônia.

Na manhã de hoje tive a oportunidade de conhecer parte de Marajó, tradicional pelas atividades pecuárias, onde vi a exposição de gado e usufruí a sua generosa hospitalidade.

Nesta sessão do Conselho Deliberativo da SUDAM, acabo de ouvir a exposição do Senhor Superintendente, Dr. Hugo de Almeida sobre a situação geral da área, sobre as atividades presentes deste Órgão e sobre os projetos e perspectivas de realizações para o desenvolvimento da Amazônia. Sou grato pelas informações que assim foram prestadas e que, sem dúvida, me serão muito úteis e expresse minha satisfação ao verificar a dedicação ao trabalho e o ânimo empreendedor e entusiástico que aqui dominam.

Senhores

O esforço progressivo e concentrado, empreendido com vistas à ocupação racional e produtiva da Amazônia, notadamente após a Revolução de 1964, e que culminou com a aprovação do Programa de Integração Nacional, através do Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, prosperou e frutificou em extraordinárias realizações.

A implantação de eixos de penetração rodoviária, o aumento da oferta de energia, a inauguração de sistema de telecomunicações interligando a região e o resto do país, a política de revitalização da navegação fluvial, a pesquisa de recursos naturais através de senso-reamento remoto, as experiências de colonização oficial, a execução de numerosos projetos agropecuários e industriais pela atividade empresarial, beneficiária do sistema de incentivos fiscais — transmudaram a fisionomia da Amazônia, hoje incorporada definitivamente ao processo de desenvolvimento econômico e social do País. O desvendar, ainda que parcial, da Amazônia, do valioso potencial de minerais estratégicos, da floresta exuberante e rica, da variedade dos solos, dos rios navegáveis e dos que permitem amplo aproveitamento energético, resultou da decisão do Governo e do esforço patriótico de brasileiros que para aqui vieram trabalhar, em conjunto com os brasileiros da

Amazônia, irmanados todos no objetivo supremo de conquistar, com finalidade econômica e de integração nacional, três quintas partes do território brasileiro — aproximadamente 4,9 milhões de km².

É chegado, agora, o momento de nova etapa de trabalho, profunda e vigorosa, nessa estratégia de ocupação da Amazônia, com o objetivo de aproveitar-lhe a vasta potencialidade que oferece à nação brasileira.

Os grandes eixos viários de penetração orientando fluxos naturais da população, bem como os levantamentos e pesquisas de recursos naturais, levaram naturalmente à identificação dos principais pólos de desenvolvimento da Amazônia onde o Governo Federal, em conjunto com os Governos Estaduais e dos Territórios, concentrará sua ação, facultando a efetiva execução de grandes projetos no campo da mineração, com a participação de recursos governamentais e de capitais privados, inclusive os externos que com o Brasil se disponham a colaborar, preservados os princípios básicos que asseguram o superior interesse nacional.

Ao mesmo tempo, os referidos pólos permitirão alcançar o máximo de benefícios das atividades empresariais nos setores da pecuária, da agricultura, da exploração florestal, fonte preciosa para aproveitamento econômico de madeiras e fabricação de papel, levados em

conta, necessariamente, os princípios básicos da preservação ecológica, da renovação da flora, de defesa e proteção do meio ambiente.

Os rios caudalosos, formadores da vasta rede hidrográfica do mais extenso sistema fluvial do planeta, constituem valiosa fonte de energia hidrelétrica, a ser em breve utilizada como apoio ao desenvolvimento de grandes projetos industriais e como reforço ao atendimento de áreas urbanas.

Formam, ainda, os rios, sistema natural de transporte, para o que serão ativados os estudos técnicos visando a seu aproveitamento, limpeza e desobstrução permanentes, construção e melhoria de portos fluviais e modernização das empresas de navegação.

Recursos financeiros estimados, apenas para o período de 1975 a 1979, em 4 bilhões de cruzeiros destacados do PIN, PROTERRA, e outros fundos e decidido apoio técnico como o do Programa de Trópicos Úmidos, por exemplo, serão concentrados em quinze pólos selecionados à base de criteriosos padrões de prioridade, com fundamento na localização de minerais estratégicos ou no mais apropriado aproveitamento agrícola e florestal.

Aproveitar-se-á, de maneira intensa, o estanho de Rondônia, o alumínio de Trombetas, o ferro da região de Carajás; desenvolver-se-ão, entre outros, projetos racionais de pecuá-

ria e florestal em Roraima, na região do Juruá-Solimões, no Estado do Acre, nas áreas do Xingu-Araguaia e do Juruena, e em Marajó.

Serão executados grandes projetos hidrelétricos no Araguaia-Tocantins, destinados a apoiar importantes projetos industriais.

Dar-se-á prosseguimento, em bases racionais, à colonização oficial em Altamira e no Tapajós e estimular-se-á o capital privado para empreendimentos de maior escala, no desenvolvimento da pecuária, na exploração florestal e agrícola e na própria colonização, sob controle dos órgãos técnicos competentes.

O Governo Federal, na linha de ação do programa POLAMAZÔNIA, complementará, nas áreas selecionadas, as obras de infra-estrutura indispensáveis, prosseguirá no esforço de pesquisa e investigação e já vem dando início a projetos da mais alta prioridade, como o do ferro, em Carajás, e do alumínio, em Trombetas.

Dar-se-á, ao mesmo tempo, máxima prioridade aos trabalhos de regularização fundiária a fim de proporcionar bases sólidas ao desenvolvimento agrícola e industrial.

O aproveitamento do imenso potencial da Amazônia exigirá redobrado esforço na nova etapa que se inicia com este Programa.

Esforço coordenado de todos os Ministérios e dos Governos Estaduais, reunidos em

torno da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, do Ministério do Interior e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República que lhes assegurarão integral apoio; intensa participação da iniciativa privada principalmente do sul do país e o esforço voluntário do povo da Amazônia, constituído por brasileiros de todos os pontos do território pátrio e conjugando programas a cargo tanto de empresas agrícolas de variado porte como de empresas de colonização — somar-se-ão para tal fim.

O desdobramento do POLAMAZÔNIA levará em conta, sempre, o objetivo maior do desenvolvimento econômico que é o da elevação dos níveis de vida do povo, da melhoria das condições de bem-estar, do aprimoramento do sistema educacional e da execução de programas essenciais de saúde pública.

No mundo moderno, angustiado por profundas questões políticas e econômicas, o Brasil, apesar de manter-se vigilante e cômico da gravidade do quadro internacional que afeta a todas as nações, não adota posição do imobilismo mas, sim, busca confiante novas fontes de prosperidade — como é este exemplo da ocupação racional e decidida dos principais pólos da Amazônia.

DISCURSO FEITO PERANTE O II ENCONTRO NACIONAL DE EXPORTADORES, EM 30 DE SETEMBRO DE 1974.

Compareço, com real satisfação, a este II Encontro Nacional de Exportadores, em decorrência da importância singular que o Governo empresta à ação, continuada e dinâmica, que visa à conquista e ampliação, no exterior, de compensadores mercados para os produtos brasileiros.

O objetivo principal deste meu pronunciamento é conclamar o empresariado brasileiro, em todos os setores de atividades e de todas as regiões do país, a um amplo e persistente esforço para realizar a meta, incorporada ao projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, de aumento de nossas exportações a taxas anuais da ordem de 20%, no período de 1975 a 1979.

Digo empresariado, e não apenas exportadores, porque entendo que todo o setor privado se deve mobilizar em torno daquele propósito e que, em particular, muitos empresários, ainda aí não engajados diretamente, poderão, com resultados favoráveis, tanto para suas empresas

como para o país, transformar-se em exportadores efetivos. E, mais do que isso, entendo que a fronteira entre o público e o privado chega mesmo a diluir-se nesse campo de atividades, com vistas ao objetivo comum da expansão de nossa capacidade exportadora.

Nessa conformidade, o II PND define, para a nova etapa do desenvolvimento nacional, a consolidação de um modelo baseado em «regime econômico de mercado, como forma de realizar o desenvolvimento com descentralização de decisões, mas com ação norteadora e impulsionadora do setor público».

Dentro desse modelo, ao setor privado, sem prejuízo da sua preocupação normal com a obtenção de lucros nos empreendimentos que realiza, cabe relevante papel com agente propulsor da sociedade. Atuando com organização econômica moderna, eficaz e dinâmica, cumpre-lhe desempenhar as funções que lhe atribui a estratégia nacional.

Eis por que o II PND a ele reserva competência nova, por exemplo, na criação de empresas rurais, no desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia e, muito especialmente, na promoção da exportação dos produtos brasileiros para as mais diversas áreas do mundo.

Com a crise do petróleo, a escassez e custo muito acrescido de matérias-primas essenciais, a instabilidade assustadora que se generaliza através do mundo todo, está o Brasil reajustando

rapidamente a sua estrutura econômica, de modo a poder preservar crescimento acelerado. Modifiquem-se prioridades, as ênfases relativas entre atividades, setores, instrumento e processos, mas preserve-se a consecução do objetivo fundamental: — o de reduzir, em curto prazo, a distância que nos separa do desenvolvimento pleno a que aspiramos.

Em tal contexto, a efetivação da nossa meta de exportações assume capital importância para que o país possa manter adequado seu balanço de pagamentos. Se é verdade que existe ainda campo disponível para substituição de importações, procurando-se racionalmente acomodar o aumento das importações de mercadorias a um nível de 20% cada ano, não é menos certo que mesmo com esse resultado, será indispensável expandir aceleradamente as exportações, para evitar-se crescimento excessivo do *deficit* na balança de comércio.

Se o Brasil souber tirar proveito das oportunidades novas, principalmente em manufaturados e em semimanufaturados, sem perder de vista minérios e produtos agrícolas não-tradicionais, a realização da meta de exportações, realisticamente fixada levando em conta a situação internacional, conquanto tarefa certamente árdua, afigura-se viável.

Este II Encontro Nacional de Exportadores é, por si só, um sinal promissor de uma consciência exportadora em progresso decidido —

consciência não apenas de que exportar é imperativo, mas também de que é necessária programação conveniente para o desempenho dessa tarefa, maximizando-se resultados e, pela diversidade de mercados, aumentando-se a segurança, tudo em benefício de cada exportador, individualmente, e da economia geral do país.

O Governo, com base em proposta do Conselho de Desenvolvimento Econômico e, agora, através do II PND, já afirmou sua disposição que aqui reitero, de manter o sistema de incentivos fiscais em favor das exportações, «em que a preocupação fundamental será liberar de impostos as exportações de manufaturados, e, quando indicado, de outras categorias de produtos».

Desejo salientar, ainda, que a tarefa confiada ao setor privado constitui campo, por excelência, para um esforço conjunto das empresas nacionais e das empresas estrangeiras instaladas no país, todas em consonância com o interesse nacional.

Cada vez torna-se mais importante que a empresa nacional aprimore seus meios de comercialização no exterior, usando mecanismos modernos com maior imaginação e agressividade e que a empresa estrangeira, como já vem fazendo em muitas áreas, se empenhe francamente, mais e mais, em nossa arrancada para a conquista de mercados no exterior, utilizando o seu «know-how» em produção e em comercialização e permitindo-nos, assim, atingir, com nossos

produtos, tanto o mundo subdesenvolvido como as áreas mais desenvolvidas do globo.

Meus Senhores

O Brasil deseja, espera e reconhece dever integrar-se, cada dia mais, na economia mundial. Essa atitude pressupõe, claro está, a indispensável contrapartida das outras nações, muito especialmente das mais desenvolvidas. Não parece efetivamente cabível que, depois de nos terem insistentemente alentado no caminho de participação mais importante na corrente comercial mundial, frustrem essas nações, agora, esforços de reconversão que foram penosos e implicaram graves opções, recorrendo à unilateral aposição de barreiras tarifárias e, sobretudo, não-tarifárias, ao comércio, com o que, contraditoriamente, desmerecem a cooperação internacional, no momento mesmo em que o mundo comprova, agudamente, sua interdependência inelutável.

A postura protecionista adotada, com inquietante freqüência e intensidade, por muitas das grandes nações industriais, ao tentar transferir, para outras, o ônus dos reajustes por que está passando a economia mundial, apenas consegue aumentar as dificuldades de todos, especialmente dos países mais dependentes do comércio internacional.

O Brasil, tanto em suas relações bilaterais quanto nos foros multilaterais, continuará lutando contra medidas e políticas que tendam a

restringir, injustificadamente, o mercado internacional ou a embargar aí, discriminatoriamente, o nosso acesso. Consideramos que tais políticas e medidas — sejam embora, às vezes, parcialmente explicáveis à luz das circunstâncias nacionais do país que as venha a adotar — são nocivas, não apenas aos interesses brasileiros, mas também ao crescimento da atividade econômica mundial que a todos os países interessa preservar.

Estamos convencidos de que os atuais problemas econômicos do mundo são um desafio à imaginação e à criatividade dos responsáveis pelas políticas econômicas nacionais e internacionais em todos os países, mas que a imaginação e a criatividade não podem desconhecer nem o conteúdo ético nem as conseqüências, a longo prazo, das medidas que sejam adotadas.

A solução para os problemas atuais terá de ser encontrada em novas e mais amplas formas de cooperação econômica internacional. O Brasil cooperará, na medida de suas possibilidades, para o encontro de tais soluções de entendimento e de mútuo benefício, mas não deixará de estar atento, em cada caso e a cada momento, à defesa de seus interesses mais legítimos.

Dentro desse espírito construtivo, porém firme, o Governo brasileiro estará sempre pronto, assim no plano interno como no externo, a apoiar e defender os exportadores brasileiros.

Senhores

Seguro de que o Governo e empresários convivem no mesmo alto empenho de servir ao desenvolvimento brasileiro, formulo votos para que tenha completo êxito, em proveito da expansão das exportações e da prosperidade continuada de nosso povo, este II Encontro Nacional de Exportadores, cuja instalação apraz-me sobremaneira presidir.

DISCURSO EM CURITIBA, DANDO INICIO
AO PROAGRO, EM 10 DE OUTUBRO
DE 1974.

Na primeira reunião ministerial, realizada no limiar de meu governo, ressalttei, como era necessário fazê-lo, as drásticas mudanças ocorridas, nos últimos tempos, no cenário mundial — a crise de energia, a escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, a desorganização do sistema monetário internacional, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas elevadas, ou seja, um quadro à procura de nova acomodação internacional, e, pois, de contornos ainda indefinidos, mas que, já então, se apresentava com reais repercussões no panorama nacional.

Frisei, ainda, que a principal aspiração econômica brasileira consiste em manter altas taxas de crescimento do produto real, comparáveis às registradas nos últimos anos.

O elevado nível de investimentos públicos e privados, a vitalidade de nossa indústria e a expressiva potencialidade de nossa agricultura justificavam então, como ainda justificam, a

confiança de que continuaríamos crescendo rapidamente, não obstante as dificuldades com que se defronta toda a economia mundial.

Assinalei, naquela oportunidade, que nossa estratégia de desenvolvimento estava intimamente associada à conjugação da ocupação econômica da grandeza do território brasileiro com um maior impulso, inclusive tecnológico, a ser dado à produção agrícola, pecuária e agro-industrial, de modo a não somente atender amplamente às nossas necessidades do mercado interno, mas também realizar plenamente a vocação de grande supridor mundial desses produtos, graças às condições para tanto propícias, de que o Brasil está dotado.

As oportunidades que, nesse setor, se antevêm são muito promissoras, considerando o contínuo incremento do nível de renda interna, aliado às altas taxas de crescimento da população brasileira. De outra parte, as perspectivas da demanda externa apresentam-se também vantajosas, não obstante eventuais fases menos favoráveis, caracterizadas por adaptações inevitáveis dos mercados, em face das novas condições da economia mundial.

O Governo reafirma agora o propósito de criar condições adequadas para que o setor agropecuário acelere seu desenvolvimento e alcance taxas de crescimento desejadas da ordem de 7% ao ano. Para tanto, é necessário, acima de tudo, íntimo entrosamento entre a adminis-

tração pública, em todos os níveis, e a atividade privada, num clima sadio de co-participação.

O atual estágio de desenvolvimento do setor agrícola já permite, felizmente, a prevalência dessa norma de comportamento, abandonando-se a atuação meramente paternalista do Estado e superando-se atitudes puramente reivindicatórias por parte do setor privado.

E esse espírito de co-participação responsável, que deve nortear sempre o relacionamento entre governo e empresa privada, estou seguro, só tende a fortalecer-se e ampliar-se.

Deve-se, com justiça, reconhecer que, nos governos da Revolução, o poder público muito realizou no apoio e promoção à agricultura nacional; não se pode negar, entretanto, que muito ainda resta por fazer-se, principalmente quando se considera o novo modelo de agricultura que se pretende consolidar e disseminar

Essa agricultura empresarial reclama, do governo, uma ação decisiva, no sentido de reorganizar-se em suas estruturas funcionais, visando a torná-las compatíveis com as novas formas de produção que se vêm estimulando e que, paulatinamente, vão sendo implantadas, dotando-a de mecanismos modernos e ágeis, capazes de operar o setor com alto grau de racionalidade.

É minha orientação a de que, além do Ministério da Agricultura, conjugado com as entidades congêneres estaduais, toda a adminis-

tração pública se volte para fornecer decidida cooperação ao setor agropecuário. Áreas como a dos transportes, a da previdência social, a da indústria e do comércio, a financeira e outras estarão cada vez mais se articulando para apoio ao desenvolvimento rural, que é, sem dúvida, uma das metas prioritárias de meu governo.

Tem-se trabalhado com afinco e os frutos da linha de ação do Governo já podem ser antevistos.

Em primeiro lugar, cabe destacar as novas entidades implantadas ou em fase de criação, no Ministério da Agricultura, visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, bem como do abastecimento interno. Todas essas medidas visam a vencer as peias da burocracia ineficiente e representam instrumentos novos, dinâmicos, consentâneos com a orientação ora imprimida ao setor público agrícola.

A par dessas modificações de ordem estrutural, o Ministério da Agricultura, ao qual cabe a ordenação desse esforço governamental de apoio ao setor agropecuário, disporá, para o próximo exercício, de recursos superiores a 3 bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros, o que significa incremento de 175% em relação aos do ano corrente, iniciando-se, dessa maneira, um processo de dotação de recursos e criação de novas estruturas, adequadas aos objetivos que se têm em vista.

Complementarmente, cabe aqui fazer algumas observações relativas a vários problemas, assaz importantes e que nos interessam de perto. Quero referir-me particularmente aos insumos necessários à agricultura, aos preços mínimos, ao crédito, ao seguro agrícola e às exportações de produtos agrícolas.

Os preços dos insumos, principalmente os de fertilizantes, situam-se em níveis bem superiores aos vigentes anteriormente. As causas de tais acréscimos de custos residem na própria conjuntura internacional e, destarte, são poucas as possibilidades de fugir a essas circunstâncias que afetam grande parte da economia mundial.

O Governo preocupa-se em superar essas dificuldades. No que se refere, explicitamente, aos fertilizantes, ultimam-se os estudos do Plano Nacional de Fertilizantes e Corretivos, o qual visará minimizar os efeitos da crise mundial do produto. Com a utilização de matéria-prima brasileira, processada no país, os fertilizantes e corretivos estarão disponíveis em melhores condições de suprimento, inclusive a preços mais adequados.

A política de preços mínimos levou em conta as novas condições de custos da agricultura, notadamente as relativas aos insumos, aos combustíveis e à inflação propriamente dita, além de considerar, como é imprescindível, o interesse do consumidor nacional. Assim, conseguiram-se elevar aqueles preços mínimos a níveis superiores

em 50%, numa demonstração do reconhecimento de que cabe assegurar ao agricultor margens de lucro que evitem a descapitalização e o empobrecimento do meio rural.

Ressalto, entretanto, que a garantia de melhor remuneração ao produtor deve fundar-se, principalmente, nos incrementos de produtividade, e não apenas em acréscimos de preços unitários.

Nos ganhos em rendimento e, particularmente, no melhor funcionamento dos mecanismos de comercialização reside a real possibilidade da obtenção simultânea de uma oferta a baixos preços e de crescente remuneração aos produtores.

Importa assim, e muito, avançar decisivamente na consolidação e ampliação das formas associativas de produção e comercialização.

O crédito rural foi agilizado e, como consequência da elevação dos preços mínimos, ampliado substancialmente, visando, inclusive, a superar a elevação dos custos dos insumos. Pressões inflacionárias internas que se estavam tornando graves obrigaram ao estabelecimento de restrições gerais de crédito, principalmente no primeiro semestre. Entretanto, essa fase de contenção já foi ultrapassada e toda a rede bancária nacional, inclusive o setor privado, encontra-se atualmente orientada no sentido de facilitar, ao máximo, os financiamentos às atividades da lavoura e da pecuária.

Dou aqui início, agora, às atividades do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, lançado pelo Governo do Presidente Médici e que constitui o primeiro passo para a institucionalização do seguro rural, antiga e justa reivindicação dos produtores.

Cabe consignar, ainda, o constante empenho do Governo em assegurar seu apoio à exportação dos excedentes agrícolas, desde que garantido o abastecimento interno, visando, com isso, à colimação de dois objetivos — garantir-se melhor remuneração ao produtor e, ao mesmo tempo, elevar-se a disponibilidade de divisas.

Além das medidas de que se fez menção, devo destacar, por fim, outras não menos importantes relacionadas com a agropecuária e que constituem objeto de permanente atenção do Governo tais como: a contínua melhoria do sistema de transportes, notadamente nos corredores de exportação; o desenvolvimento da rede de silos, armazéns e centrais de abastecimento; a legalização da titulação das propriedades; a produção nacional de máquinas agrícolas; o incentivo a maior industrialização dos produtos primários; a extensão e melhoria do ensino especializado; e, com particular relevância, a assistência médica e previdenciária ao trabalhador rural.

A prioridade que assim se confere agora à agricultura funda-se na percepção inequívoca

de sua grande e oportuna significação no momento atual, considerando-se as condições da economia brasileira e as perspectivas da evolução internacional. Ao setor agropecuário brasileiro cumpre prover adequado atendimento à crescente demanda interna de seus produtos, em quantidade, e qualidade, e a níveis de preços compatíveis, de modo que não venha a se constituir em foco de pressões inflacionárias.

Deve ele, também, contribuir ponderavelmente no reforço do balanço de pagamentos, através da manutenção de substancial pauta de exportações. E, ainda mais, cabe-lhe participação decisiva na política de promoção social, não só como distribuidor da renda nacional, mas, ainda, como opção de emprego produtivo capaz de aliviar a pressão migratória no sentido das cidades.

Consciente de que a previsão que podemos formular é altamente promissora, conclamo a todos os agropecuaristas brasileiros a que revigorem, confiantes, sua participação no esforço comum de todos nós, qual seja o de obter os altos níveis de produção consentâneos com as nossas aspirações de desenvolvimento.

Faço o apelo convencido de que esta Campanha da Produção e Produtividade encontrará pronta resposta por parte dos produtores nacionais. Aos expressivos representantes da agricultura brasileira, aqui reunidos, transmito a

certeza de que, juntos — empresários, trabalhadores e Governo — em ação harmônica, superaremos as dificuldades, algumas reais, outras mais aparentes, com que nos defrontamos e estabeleceremos as condições para um novo ano agrícola pujante.

Guardo comigo a certeza de que o País poderá contar com o decisivo trabalho e empenho dos agropecuaristas no aumento dos níveis de produção, pois acredito, firmemente, que o Brasil terá sempre as dimensões de sua agricultura.

DISCURSO PRONUNCIADO DURANTE O
LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE DE-
SENVOLVIMENTO FERROVIÁRIO, EM 18
DE OUTUBRO DE 1974.

É com especial satisfação que, neste ato, aprovo o Programa de Desenvolvimento Ferroviário para o quinquênio 1975/1979, o qual, envolvendo dispêndios da ordem de Cr\$ 30 bilhões e meio de cruzeiros, a preços estimados de 1975, equivalentes, portanto, a mais de 4 bilhões de dólares, representa um dos maiores empreendimentos já lançados no Brasil.

Esse programa, na base de investimentos nitidamente prioritários, tem em vista elevar o sistema ferroviário nacional a nível condizente com o atendimento adequado das necessidades decorrentes da estratégia maior do desenvolvimento do País, nesta quadra de sérios desafios, dentre os quais avulta o problema de escassez e custos acrescidos dos recursos energéticos.

É sabido que, entre nós, o sistema ferroviário não tem acompanhado o processo de expansão demográfica, a interiorização da

civilização brasileira, a integração territorial e o desenvolvimento econômico do País, e que está em desmesurado retardo com relação ao grande surto rodoviário das últimas décadas.

Urge, pois, alterar a tônica dos esforços de modernização e de novas construções no setor dos transportes, visando ao justo equilíbrio entre os vários sistemas modais que se devem harmonicamente integrar para maior eficiência do conjunto.

Já por essas razões o Governo do eminente Presidente Médici, procurando melhorar tal situação, destinara às ferrovias investimentos da ordem de 5 bilhões de cruzeiros, equivalentes a 670 milhões de dólares, que vêm sendo aplicados, ainda no decurso deste exercício.

A função básica da ferrovia moderna, tal como definida no programa ora aprovado, é o transporte, a longas distâncias, de grandes massas homogêneas a granel, com elevado grau de concentração nos pontos de origem e destino. Por outro lado, desde que asseguradas condições satisfatórias de operação, é bastante elevada sua competitividade no transporte de passageiros, rápido, barato e seguro, nos grandes centros urbanos, ainda tão carente dele.

Dentro das hipóteses de crescimento admitidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento, a estimativa, para 1980, de cargas

tipicamente ferroviárias atinge a um total de 260 milhões de toneladas, o que equivale a uma demanda de mais de 140 bilhões de toneladas/quilômetro.

Em 1973, as necessidades atendidas pelo sistema ferroviário foram da ordem de 81 milhões de toneladas, ou seja, de apenas 53 bilhões e meio de toneladas/quilômetro. Vê-se, daí, quanto se impõe realizar em prazo curto.

O Programa de Desenvolvimento Ferroviário compõe-se de 14 subprogramas e 70 projetos, bastando, para uma idéia de seu vulto e significação, ressaltar os oito principais subprogramas e projetos que montam, somente eles, a 28,4 bilhões de cruzeiros, representando 93% do custo total do programa.

O atendimento ao Plano de Expansão Siderúrgica eleva-se a quase 11 bilhões de cruzeiros, ou seja, a 35,6% do investimento total, para a criação de um sistema de transporte eficiente que sirva, naquele setor fundamental da indústria, aos três principais pólos do País — São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. E aí se inclui a ligação ferroviária Belo Horizonte—São Paulo, com ramal para Volta Redonda.

O subprograma de modernização de ferrovias envolve investimentos correspondentes a 18,4% do total, isto é, 5 bilhões e 600 milhões de cruzeiros e compreende amplo projeto de

reforma da via permanente, unificação de bitolas, eletrificação, sinalização, comunicações e, muito em particular, o melhoramento geral dos serviços suburbanos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Para a aquisição de locomotivas, vagões, trens-unidades e carros de passageiros, prevêem-se, por outro lado, 5 bilhões e 300 milhões de cruzeiros.

Vários projetos, no montante de 4 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, darão efetividade e rendimento satisfatório, afinal, aos Corredores de Exportação previstos com destino aos portos do Rio Grande, Paranaguá e Santos, de modo a assegurar o escoamento regular de toda a produção das ricas hinterlândias daqueles portos, desde o Rio Grande do Sul até o Estado de São Paulo e, mais adentro, Minas Gerais e Mato Grosso.

O subprograma do corredor de transporte Rio—São Paulo visará à correção do traçado da ferrovia que liga as duas grandes metrópoles, eliminando restrições operacionais onerosas e, através de moderno sistema de controle de tráfego, garantindo maior segurança a velocidades mais altas.

Não serão descuradas as interligações entre o Nordeste e as regiões do Sudeste, Sul e Centro-Oeste do País, nem, por outro lado,

o Corredor de Exportação de Vitória e a interligação do transporte de minério de ferro a Sepetiba, sem falar-se da multiplicidade de terminais ferroviários, depósitos e oficinas, indispensáveis à operação de todo o sistema.

E tudo isso representa nada menos que a construção de 3.800 quilômetros de linhas e variantes de alta qualidade, o melhoramento de 10.800 quilômetros de linhas existentes, o alargamento de bitola em 3.200 quilômetros, a aquisição de cerca de 300 locomotivas, 20.000 vagões, 70 trens-unidades e 140 carros de passageiros, bem como o assentamento de um milhão e quinhentas mil toneladas de trilhos.

Com vistas à economia de combustível oneroso, escasso e em grande parte importado ainda, proceder-se-á à eletrificação de 1.439 quilômetros de linhas, com a decisão, assentada desde já, de ultrapassar mesmo essa meta se trechos outros houver onde a demanda do tráfego venha a justificar economicamente o investimento requerido.

Cuidar-se-á, com atenção redobrada, ao longo de todo esse programa, da modernização gerencial e operacional da Rede Ferroviária Federal, renovando-se os quadros da empresa através de planos de treinamento, no País e no exterior, e promovendo-se continuados estudos e pesquisas para o desenvolvimento de uma tecnologia ferroviária nacional.

O Brasil é a terra dos grandes e estimulantes desafios e, dentre os maiores e de mais relevantes conseqüências, estará, sem dúvida, este que nos propõe, agora, a reconhecida precariedade de nosso sistema ferroviário, especialmente nas regiões mais dinâmicas do País e nos centros urbanos de maior densidade populacional.

O Governo da República espera, confiantemente, superar tal desafio em tempo hábil, com tenacidade e esforço perseverante, certo de que não lhe faltarão o entusiasmo, a compreensão e o espírito cooperativo que empreendimento de tal magnitude está a exigir de todos — executivos, trabalhadores e usuários — para que, no mais curto prazo, possa ele madurar sem tropeços, deixando, afinal, de constituir o grave ponto de estrangulamento que hoje ainda representa para o desenvolvimento ininterrupto do País e o maior bem-estar desta população, que bem o merece e por ele, com justo direito, de há muito reclama.

DISCURSO PROFERIDO DURANTE A
ABERTURA DO CONGRESSO SOBRE ACI-
DENTES DO TRABALHO. EM SAO PAULO,
EM 27 DE OUTUBRO DE 1974.

Minha presença à sessão de abertura deste importante Congresso traduz a primazia que meu Governo, desde as primeiras horas, desejou atribuir e vem, persistentemente, atribuindo aos problemas fundamentais do homem brasileiro, em particular os da grande massa de trabalhadores das cidades e dos campos.

A sociedade, como o Estado — sua expressão política de decisão, planejamento e gerência, apoiada no extraordinário poder de ação que lhe é deferido — existem para o homem que é a sua célula individual e constitui, na verdade, sua própria razão de ser.

Ninguém se opõe, legitimamente, a que o bem-estar coletivo imponha limites justos ao bem-estar egoísta e à liberdade agressiva do indivíduo, mas, sempre que isso ocorre, a justificativa única reside na resultante equilibrada das liberdades e do bem-estar geral da totalidade de cidadãos.

Dever do Estado e missão indeclinável do Governo é, pois, cuidar primacialmente do homem, de suas potencialidades a desenvolver, de suas necessidades a atender, para que o complexo social se venha a beneficiar da maior aptidão de cada um dos elementos que o compõem, lhe dão vida e lhe garantem um futuro de prosperidade e grandeza.

Em minha primeira mensagem ao Congresso Nacional, encaminhando-lhe, ao alto discernimento, projeto de lei institucional, tratei, desde logo, do desdobramento do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Não o fiz, apenas, para assegurar atendimento melhor, em nível mais elevado, ao setor da previdência e da assistência social que ora se renova e amplia e dinamiza.

Objetivei, também, restringir a área própria de atuação do antigo Ministério, de modo a permitir ao Ministro responsável dedicar-se mais intensamente ao mundo, em expansão, do trabalhador brasileiro, onde múltiplos e velhos problemas se acrescem de novos desafios, ainda mais sérios, entre eles, como dos mais significativos, os que dizem respeito à segurança do trabalho e à recuperação e reeducação dos acidentados.

Por isso, no dia consagrado ao trabalho e ao trabalhador, a primeiro de maio último, afirmei que daria atenção toda especial ao aper-

feiçãoamento que se faz urgente, do sistema de proteção contra acidentes de trabalho.

Como o homem é um ser complexo por sua própria natureza, os problemas que mais o afetam, no meio social ambiente, exigirão sempre uma visão integrada. Daí a criação, logo promovida na estrutura governamental, de um Conselho de Desenvolvimento Social em que a problemática relativa tanto à saúde como ao trabalho, da previdência à assistência social, do saneamento à habitação e à educação pudesse ser visualizada através de uma completa avaliação bem equilibrada e recebesse tratamento coordenado e, portanto, mais eficaz.

De fato, somente após decisão de caráter global com apoio em análises interligadas, podem os problemas específicos, setoriais e sub-setoriais, merecer devida apreciação e ser bem resolvidos, como é o caso deste que aqui nos congrega — o da segurança do trabalho — que não é simples problema de legislação trabalhista com adequado e estrito controle, mas é, também, em larga escala, um problema de educação, de engenharia sanitária e higiene, de tratamento médico-hospitalar, inclusive de reabilitação profissional, tanto quanto de um razoável esquema de indenizações e aposentadoria.

As estatísticas referentes a acidentes do trabalho, entre nós, são sabidamente muito mais que insatisfatórias, se não mesmo vexatórias.

Em custos diretos, as perdas da economia brasileira, devidas a acidentes, elevaram-se em 1973 a mais de um bilhão de cruzeiros. Se acrescentarmos os custos indiretos, teremos, no mesmo período, mais de 5 bilhões e duzentos milhões. E isso significa que o País, num esforço tremendo, despendeu, apenas no atendimento de acidentados do trabalho, soma equivalente a 70% do total gasto, pelo INPS, em assistência médica a toda a população beneficiária.

Perdemos mais de duzentos e quarenta milhões de horas de trabalho e, muitíssimo mais grave do que isso, sofremos em 1973 a perda de mais de 3.000 vidas preciosas em acidentes de trabalho — uma média alarmante de 8 mortes por dia.

O acidente de trabalho, bem o vemos, não representa apenas vultoso prejuízo econômico à Nação e um mal social inaceitável. Antes de mais, é um drama humano de trágicas proporções.

Nada há, em verdade, que pague o valor de uma vida humana barbaramente truncada, mais o longo cortejo de dor e miséria que se lhe segue, no âmbito familiar.

Impõe-se, portanto, encarar o problema principalmente em termos de valores humanos e não apenas de simples valores econômicos, garantindo, da maneira mais eficaz e ampla

possível, a tranqüilidade e segurança do trabalhador e, mediante esta, a segurança e tranqüilidade de suas famílias. Assim, não bastará considerar, em números frios, o montante do risco implícito a cada categoria de trabalho e imputar-lhe a responsabilidade ao empresário. Nem, tampouco, montar adequado sistema de reabilitação do acidentado ou cuidadoso e eficiente aparato médico-hospitalar.

O que mais importa é a estruturação de esquemas preventivos, através dos quais, sem prejuízo da produção, antes ensejando-lhe maior coeficiente de produtividade, busque-se reduzir ao mínimo, se não eliminar, a ocorrência de acidente, tornando-o anomalia excepcional no processo produtivo.

Esse é problema que devemos enfrentar juntos, em ação coordenada — Governo, empresas e sindicatos, empresários e técnicos, empregados e empregadores.

Ao Governo Federal, através do Ministério do Trabalho, cumpre ditar a política prevencionista, fiscalizar-lhe a disciplina de aplicação, baixar normas que a tornem mais e mais eficiente, alocar-lhe recursos tanto materiais como humanos e, além do mais, despertar a consciência nacional para problemática tão pungente.

Incumbe ao trabalhador o capacitar-se de sua responsabilidade pessoal em sua própria

proteção, como agente e paciente que é, ao mesmo tempo, as mais das vezes, no processo acidentário, cumprindo-lhe utilizar-se devidamente dos equipamentos de proteção e obedecer rigorosamente às regras de serviço de prevenção contra acidentes.

À empresa, cabe o dever, por outro lado, de conscientizar-se de que, ao prevenir os acidentes, está, a um tempo, tranqüilizando o ambiente de trabalho e assegurando melhor produtividade a seus fatores de produção. Detectar áreas críticas de maiores riscos, prover os equipamentos necessários à maior proteção possível, estabelecer adequadas normas de serviço, fiscalizar-lhes a execução com todo o rigor — são aspectos mais salientes de sua múltipla responsabilidade. À seus técnicos, sobretudo os de nível superior, deverá exigir que saibam dar o exemplo a todos os instantes, pois nada mais eficiente e essencial do que isso, para a aplicação das regras de proteção contra acidentes.

Mas se ao trabalhador, como pessoa humana, e à empresa como unidade de produção, faz-se chamamento, não se poderia deixar de convocar também, para essa cruzada, o sindicato — entidade legalmente definida como representativa da categoria trabalhista e cooperadora do Poder Público. É que são altos interesses coletivos, mais do que isso, interesses

públicos mesmo, os que estão em jogo nesta campanha que ora aqui empreendemos.

Por isso mesmo, espero que este Congresso seja um marco expressivo no programa nacional de segurança do trabalho.

E sê-lo-á, sem dúvida, se todos nós — Governo, sindicatos, empresas e trabalhadores — nos dermos esclarecida conta da responsabilidade que a cada um nos cabe nesta verdadeira campanha de redenção do trabalho.

Brasileiros

Ao findar-se o ano de 1974, em meio à tradicional e auspiciosa quadra natalina, não poderia deixar de me dirigir a todos os brasileiros, com uma mensagem cálida de gratidão e de esperança — gratidão, pelo espírito de compreensão resignada e ação construtiva com que enfrentaram as inegáveis agruras deste ano, difícil para o mundo todo; e esperança bem fundamentada, em que, vencidos já os problemas mais graves e reajustadas as distorções mais perigosas, 1975 marcará nova etapa promissora no rumo ascendente do país a seus altos destinos.

Com nove meses, apenas, de Governo, não cabe fazer aqui uma prestação de contas, antecipando a que, por prescrição legal, me cumpre apresentar, ao Corpo Legislativo, no início de março próximo.

Oferecerei, tão-somente, à meditação dos brasileiros que me ouvem, no sagrado recesso de seus lares, uma interpretação, a largos traços,

do que foi o esforço até agora despendido pelo 4.º Governo da Revolução, no cumprimento da dignificante missão que lhe foi deferida.

Desde meados de 1973, já se renunciavam desanimadoras perspectivas para a conjuntura mundial, em todos os quadrantes do globo. Acentuava-se, dia a dia, a disrupção do sistema monetário internacional, sem que se lhe vislumbresse solução adequada e eficaz, alcançando-se unanimidade, apenas, numa perplexidade geral, quase de todo paralisante. Os preços de matérias-primas e outros insumos essenciais e, sobretudo, os do petróleo e seus inúmeros derivados começaram a disparar, jogando para o alto as curvas de custo dos produtos intermediários e finais. Seguiu-se a crescente falta de liquidez no mercado internacional de capitais, asfixiando novos investimentos projetados e retardando os cronogramas de muitas unidades de produção, em vias de implantação. O comércio entre nações desativou-se celeremente, tolhido ademais por insólitos obstáculos artificiais de uma nova onda protecionista praticada até pelas nações de tradição mais liberal, todas às voltas com angustiantes problemas em seus deficitários balanços de pagamentos. A inflação — em recrudescimento — desafiando a engenhosidade dos economistas, acoplou-se à recessão econômica e ao espectro do desemprego contagiante, para compor esse fenômeno singular e quase paradoxal de generalizada estagnação com inflação. Tudo

isso, e mais as tensões sociais que se acumularam em conseqüência, num clima já de si propício aos surtos de violência irresponsável que se propagara pelas mais diversas regiões, desdobraram-se numa crise de confiança no futuro, a qual chegou a abalar a própria estrutura de nações mais estáveis, pela descrença na sabedoria e honestidade de propósitos de seus governantes, quando não no seu próprio sistema de Governo, antes reputado modelar.

Enquanto isso, o Brasil, por longos meses, se mantinha imune às pressões de toda ordem que lhe advinham de fora, através tanto das trocas comerciais como dos contactos políticos e sociais, e progredia a taxas excepcionais de crescimento econômico, escudado num otimismo sem dúvida sadio e na crença inabalável no futuro desta nação que despertava para seu destino de grande potência.

Ante o reconhecido agravamento da conjuntura, entendeu o meu Governo — e foi decisão muito meditada e conscientemente amadurecida nos prolongados estudos de situação a que procedeu — que se impunha, desde logo, dar ao país um salutar tratamento, no sentido de reajustá-lo com a realidade internacional. Por mais doloroso que viesse a ser, isso seria preferível a que se mantivesse superaquecida nossa economia, a qual, mais dia, menos dia, teria de adaptar-se, e tanto mais brusca e depressiva, quanto mais tardiamente, às realidades de uma

conjuntura mundial em rápida deterioração, segundo dimensões imprevisíveis. Contou-se, para tanto, com as virtudes inatas do povo brasileiro, compreensivo, tranqüilo e bom, capaz de resistir rudes golpes e suportar sacrifícios prolongados, com galhardia e ânimo forte. E não nos enganamos.

De fato, os seis primeiros meses deste Governo tiveram, como tônica, o combate persistente e decidido a uma inflação que, de março para abril, fez o índice geral de preços ultrapassar o crescimento alarmante de 5%. À inflação própria, gerada no país, somou-se, inevitavelmente, larga dose de inflação importada através dos preços assustadoramente crescentes de produtos adquiridos no exterior — necessários, entretanto, não só a investimentos inadiáveis, mas principalmente ao próprio dinamismo de nosso parque industrial, ameaçado de grande ociosidade e, até mesmo, ao consumo direto de bens insubstituíveis.

Já por volta de setembro, a inflação, ainda da ordem de 1,7% ao mês, tornou-se tolerável e, o que mais importa, desde então está sob um suficiente grau de controle que permite mantê-la mais ou menos estabilizada. Assim, chegamos a dezembro com um índice inferior a 34% ao ano.

Se considerarmos que nos Estados Unidos da América e na Europa (exceção feita da Alemanha), as taxas anuais de inflação, dependendo do país e do tipo de indicador adotado, situar-

se-ão entre 15 e 25% e que no Japão se elevarão a 30 ou 35%, concluiremos que atingimos posição bastante satisfatória, principalmente porque o mecanismo compensatório da correção monetária assegura, entre nós, elevada capacidade de absorção, pela economia, de índices bem mais elevados de inflação do que nos demais países. Tanto assim que, convivendo com aquele elevado nível de inflação, conseguimos expandir nosso Produto Interno Bruto, em 1974, à taxa de cerca de 10%, enquanto países do mundo desenvolvido apresentam índices de crescimento irrisórios quando não se mantiveram estagnados e, na sua generalidade, com elevados contingentes de trabalhadores desempregados.

Durante o semestre, primeira fase do meu Governo, a par desse persistente combate à inflação e a despeito de sucessivas preocupações de emergência com calamidades que assolaram o país do norte ao sul, inclusive graves surtos epidêmicos, cuidou-se principalmente: de sanear, com o mínimo de abalos mas com determinação, o mercado financeiro nacional; de rearticular o dispositivo governamental de tomada das decisões no mais alto nível; de reajustar a organização da administração pública com a eliminação de órgãos supérfluos ou redundantes e a criação, de real importância, do Ministério da Previdência e Assistência Social, desdobrado do Ministério do Trabalho; e de elaborar, como cumpria, em continuidade com o planejamento do governo

anterior, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o orçamento plurianual e o de 1975, documentos submetidos ao Congresso Nacional que houve por bem aprová-los com a necessária presteza e valiosa colaboração, a despeito de tratar-se de um ano eleitoral e, por isso, tão absorvente em atividades políticas partidárias.

Registre-se, nesse quadro, a preocupação fundamental que teve o Governo de implantar um sistema amplificado de natureza colegiada, para o assessoramento do Presidente da República, na tomada de suas decisões principais. Assim, além do Conselho de Ministros e do Conselho de Segurança Nacional e do Alto-Comando das Forças Armadas, já existentes, criaram-se dois outros órgãos setoriais de alto nível — o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento Social — além do funcionamento informal e tentativo de um Conselho para o desenvolvimento político que espero possa vir, nos próximos anos, a assumir papel igualmente relevante.

A respeito, não parece demasiado salientar que essa reorganização traduz uma filosofia para tomada de decisões governamentais que talvez ainda não tenha sido bem entendida e apreciada. É que tais Conselhos, órgãos criados para o livre debate dos problemas setoriais que interessam a vários Ministérios afins, asseguram um processo de discussão inteiramente arejada, a devida consideração dos diversos ângulos sob

os quais cada problema exige análise e avaliação, maior amplitude e integração mais perfeita, portanto, das soluções adotadas pelo Chefe responsável e, ainda mais fácil coordenação das atividades atribuídas, em consequência, a cada Ministério interessado, já na fase executória. Daí, serem até mesmo estimuladas as divergências de opinião entre os participantes, o que tem contribuído na prática, quando estas extravasam, prematuramente, ao conhecimento público, para uma imagem falsa de descoordenação, quando, na realidade, o que se impõe é que haja disciplina e unidade de pensamento e de ação, mas somente depois de bem assentada uma decisão final. Sem dúvida, o processo poderá ser demorado, mas por outro lado, ganha em segurança e confiabilidade, a coberto de posteriores modificações substanciais ou recuos das decisões anunciadas. Ao mesmo tempo, abre-se maior número de canais de comunicação entre o centro de decisões e a periferia, os quais poderão ser aproveitados pelas partes interessadas para que apresentem pontos de vista e sugestões, uma vez que problemas de maior amplitude, submetidos a qualquer um dos Ministérios participantes, acabarão por atingir a mesa colegiada de debates.

Preocupação importante do Governo tem sido a de obter melhor administração da justiça no País. Com essa finalidade, a Presidência do Supremo Tribunal Federal, atendendo solicitação que lhe fiz, promoveu exaustivo levantamento

— verdadeiro diagnóstico — da atual situação do Poder Judiciário e que servirá de base para a reforma que se impõe.

O Poder Executivo cuidou também, desde a primeira hora, de assegurar um harmonioso relacionamento com a classe política e, em particular, com os representantes do povo no Congresso Nacional. E isso, a despeito da atuação que dele exigia, sobretudo na primeira fase de exercício do Poder, a preocupante conjuntura econômico-financeira, tanto no âmbito interno como no amplo panorama internacional, tão pleno de obstáculos, restrições e de novas e ameaçadoras turbulências.

Quanto a este último campo — o internacional — pôde o Governo atuar com a maior liberdade de ação, imprimindo à política externa do país, desde os primeiros dias, um dinamismo acrescido, para reajustamentos impostergáveis em nosso relacionamento com variadas áreas estratégicas. E buscou-se, sobretudo, desde logo, desfazer equívocos subjacentes no quadro de nossas relações com diversos países amigos e, ao mesmo passo, ampliar ao máximo o leque de alternativas para o nosso comércio internacional e para o intercâmbio cultural e político com outros povos, segundo fórmula que acabaria por ser caracterizada como a de um «pragmatismo responsável e ecumênico». O Brasil assim continuou, conscientemente e cada vez mais, a exercer o papel que lhe cabe no contexto mundial,

sem preconceitos descabidos e sem temores injustificados, na defesa de seus próprios interesses e da paz internacional.

Entrementes, chegou afinal a desejada segunda fase em que se atingiu, no desgastante combate continuado à inflação, satisfatório platô de estabilização e de controle. Mudou-se, então a tônica das atividades governamentais para a de um maior e renovado impulso ao desenvolvimento econômico do país, injetando-se recursos substanciais para expansão do crédito em setores prioritários, relançando-se programas de investimentos maciços nas áreas das indústrias de base e da infra-estrutura, promovendo-se a correção de velhas distorções em todo o sistema de transportes, reestimulando-se o mecanismo de substituição de importações em níveis mais exigentes da produção de bens de capital e da elaboração de matérias-primas de base e, além disso, aumentando-se, muito deliberadamente, o poder da demanda efetiva de bens e de serviços num mercado interno comprimido pelos salários e vencimentos ainda excessivamente baixos, em valores reais, da grande maioria da população consumidora. Para isto, procedeu-se à revisão da antiga fórmula de reajustamento salarial, adequando-a melhor às novas realidades da vida econômica e reduziram-se os encargos individuais do sistema nacional da habitação.

A par disso, buscou-se ajustar o sistema tributário a padrões mais equitativos de progres-

sividade fiscal. E atenção muito especial passou a ser consagrada, em particular, ao quadro, já então crítico, do nosso balanço de pagamentos, restringindo-se ao máximo a pauta das importações, com bloqueio à entrada de bens suntuários ou de produtos quaisquer que encontrem sucedâneo no mercado produtor do país, e aumentando-se a agressividade na colocação, no exterior, de nossos produtos, com o que conseguimos elevar o valor das exportações, em 1974, de cerca de 25% sobre a marca atingida no ano anterior.

Procedeu-se, dessa forma, completando a execução do I PND, a uma etapa de transição para a implantação, a partir de 1975, do II Plano, no qual vem claramente enunciada e traduzida, com apoio em recursos que montam a 760 bilhões de cruzeiros, a preocupação dominante quanto ao desenvolvimento social — educação do povo, saneamento básico, saúde pública, transporte de massas nas grandes metrópoles, habitação popular — e, ao mesmo tempo, quanto à mobilização efetiva do enorme potencial do mercado brasileiro, para colocar-nos a coberto de perigosas flutuações bruscas ou deterioração mais continuada no fluxo do comércio internacional.

Objetivou-se, de outro lado, através do II PND, dar continuidade às iniciativas já examinadas pelo Conselho de Desenvolvimento Social nas áreas do trabalho e da previdência e assistência social, em particular à mulher e à criança,

de proteção mais atenta e eficaz ao trabalhador das cidades e do campo contra os perigos dos acidentes, da doença, do desemprego, da velhice, da falta de teto, da miséria econômica e orgânica; delineou-se uma nova política de desenvolvimento das atividades agropecuárias na vasta hinterlândia do Brasil, ainda tão abandonada, inclusive intensificando-se sobremaneira o processo de regularização fundiária. E desencadearam-se planos objetivos e integrados para o desenvolvimento de áreas-problemas e zonas marginalizadas, com vistas principalmente à redução das disparidades regionais que, apesar de continuados esforços através de anos, ainda persistem a desafiar a capacidade dos governantes, a traumatizar a consciência nacional e a macular a imagem do país no exterior.

Nesse quadro, realizaram-se a 15 de novembro as eleições de senadores, deputados federais e estaduais, num ambiente de perfeita ordem e ampla liberdade.

Registro, por oportuno, o reconhecimento geral, partido até mesmo de grupos antes dos mais contestadores, de que o Governo assegurou condições para a realização prévia da propaganda eleitoral, sem coações ou restrições, a não ser as interferências legais da Justiça para refrear injustificáveis desmandos, e, também, garantiu o maior respeito à decisão de cada cidadão no recesso da cabine eleitoral, ao escolher seus candidatos, liberto da influência corruptora do

poderio econômico e das pressões arbitrárias do autoritarismo. É certo que abusos deverão ter ocorrido ainda, aqui e acolá, mas a legislação visando a coibi-los demonstrou-se experiência válida que importa aperfeiçoar e, se necessário, ampliar, arrimando-a em organização mais eficiente.

Maior é, no entanto, a satisfação que colho desta importante prova a que se submeteram o Governo da Revolução, os Partidos e o povo em geral, ao ver que este acreditou nas intenções proclamadas e na palavra de seu Presidente, votando sem o medo que abastarda o voto, nem o ódio que o rebaixa a níveis mesquinhos de irracionalidade.

Congratulo-me, portanto, com o povo que maciçamente acorreu às urnas, demonstrando sua fé nos valores democráticos, mediante um comparecimento da ordem de oitenta por cento, justamente quando falece crença semelhante nas maiores e melhor estruturadas democracias do mundo, assaltadas pela apatia e indiferentes a seus próprios destinos políticos. A nossa Revolução não poderia dar desmentido mais cabal — que o representado por essa afluência às urnas — a todos os detratores, daqui e de além-mar, que exprobam e distorcem a imagem desta nossa árdua e autêntica tarefa de revitalização dos mais profundos anseios democráticos que nos inspiram e impulsionam, através de acertos e, sem dúvida, de erros também, numa escalada

penosa, mas incessante, a níveis cada vez mais elevados de desenvolvimento econômico, social e político.

É cabe, em particular, congratular-me vivamente com a grande maioria de jovens, participando muitos pela primeira vez, com entusiasmo, da mobilização eleitoral que se processou em curto período de poucos meses, e assim, fazendo o indispensável aprendizado para as responsabilidades que, em futuro próximo, lhes serão necessariamente delegadas na vida pública nacional.

Ressentimentos — e não há razões para cultivá-los — não me tolhem, nem sinto simples constrangimento — que até seria compreensível — ao registrar que o Movimento Democrático Brasileiro, partido da oposição, alcançou substancial avanço na autenticidade de sua acrescida expressão política. Tanto mais porque soube fazê-lo com comedimento e autodisciplinando-se, no abandono de uma inepta e já superada postura contestatória e voltado agora, como antevejo, para um futuro de maior responsabilidade compartilhada, na tarefa de construção perene da grande nação que nosso povo merece — livre, poderosa, dinâmica e rica, praticando civismo democrático, na plenitude da justiça social.

Congratulações merecem por igual, sem dúvida, todos aqueles que na Aliança Renovadora Nacional, partido do Governo, se esforçaram, leal e sinceramente, para que a organização

partidária que integram em funções de maior ou menor hierarquia, tivesse êxito nas eleições. A eles se deve, em grande parte — vale reconhecê-lo — que a ARENA, além de manter a maioria superior a dois terços que as regras do pleito, desde o início, já quase lhe asseguravam no Senado, conquistou maioria absoluta na votação proporcional da Câmara dos Deputados — a verdadeira votação de legenda — sobrepondo-se ao partido contrário, ademais, na contagem total dos votos. O inegável progresso obtido pelo MDB, sobretudo com a maioria atingida em cinco Assembléias Legislativas — três das quais correspondendo a Estados que estão entre aqueles de mais numerosos colégios eleitorais — não lhes deve causar, aos arenistas, desânimo maior. Na verdade, é essa vitória do partido contrário que legitima, sem discussão, a maioria da ARENA, como partido do governo, nas Assembléias de 16 Estados da Federação e, notadamente, no Congresso Nacional. O episódio servir-lhes-á, sem dúvida, de estímulo à indispensável reestruturação da agremiação, a partir de suas bases; à renovação e rejuvenescimento de seus quadros; à coesão maior em torno do programa do Governo que bem merece ser lido e meditado, olhos postos no porvir melhor que deve ser a meta suprema de todos os nossos esforços — conscientes como estamos das dificuldades da hora presente, neste grande e promissor país que, contudo, não se pode manter

a salvo das inopinadas tempestades que, lá fora, abalam as mais sólidas estruturas econômicas e políticas.

Acresce mencionar, para melhor entendimento da realidade dos fatos, que a ARENA aparentemente se beneficiou — e talvez mais correto seria dizer que se desgastou — com o largo período de confortável, mas emoliente posição majoritária. As conseqüências estão agora à vista. Sirva isso de alerta, sobretudo aos poucos que sonham ou possam sonhar com a estrutura antidemocrática, supostamente monolítica, do partido único. Este é inviável em qualquer ambiente, a não ser pela coação, ostensiva ou disfarçada, que impeça ou contenha a inevitável luta de facções. Na ARENA, partido que se comportou como partido único, sem que na realidade o fosse, as dissensões internas sobrepor-se-iam aos objetivos maiores do conjunto, ensejando afirmações mais positivas do partido contrário. Que este contacto inesperado com a realidade lhes sirva, aos homens do Partido, e sirva também ao Governo como sirva à própria oposição, inegavelmente surpreendida que foi, por igual, com os resultados alcançados, para meditação e análise fria e objetiva dessa mesma realidade dinâmica do universo social e político do Brasil de hoje. Ela deve ser, efetivamente, fonte de inspiração genuína e única moldura autêntica para nossos esforços, se é que desejamos conscientemente fazer desta nação

um paradigma da democracia em que todos nós cremos e que de fato almejamos.

Que o partido único é uma contrafação, creio estar evidenciado, com clareza meridiana. E, pois, nem vejo por que levantar bandeiras de união nacional, se é certo que unicamente através do jogo democrático leal entre os partidos pode a própria democracia brotar e vicejar e fortalecer-se. Nem está o Brasil ante perigos graves à sua segurança efetiva ou à viabilidade do projeto nacional de desenvolvimento, para que se deva, em sã razão, recorrer a tal expediente de salvação, justificável apenas em casos como esses.

Por outro lado, vale deduzir-se da lição de ciência política que aí está à vista de todos que tenham olhos de ver, mesmo dos mais descrentes, que o bipartidarismo é também viável neste país como em tantos outros, embora tenha surgido com organizações artificiais na origem, criadas ao calor de crises profundas e sem raízes em passado mais remoto. O teste irrefutável destas eleições em que houve abstenção mínima e parcela reduzida de votos em branco num eleitorado de algumas dezenas de milhões, disperso por imensa base física ainda de todo não entrecortada de estradas, mostrou que os dois partidos existentes, apesar de todos os pesares, puderam servir afinal de desaguadouro por onde se canalizaram as múltiplas aspirações e os mais variados protestos de uma população extremamente diver-

sificada e esparsa. Um terceiro, um quarto partido — para não falar na comprovada atomização resultante de um espectro mais amplo — poderiam debilitar os partidos que temos, descaracterizando-os ainda mais e tolhendo-lhes, talvez, quase ao nascedouro ainda, as reais perspectivas que ora se lhes oferecem de se afirmarem e legitimarem.

Certo estou de que não devemos açodarnos, reeditando experiências dantes frustradas. O que se impõe, ao contrário, é ter fé, é ter confiança em que a estrutura atual pode ser melhorada e atingir, ao cabo, patamar satisfatório de operacionalidade, num quadro genuinamente democrático.

Para isso, precisamos admitir, conscientemente, que o sistema a que aderimos só virá demonstrar suas reais e superiores potencialidades se tivermos persistência coerente em sua implementação e no seu paulatino e constante aperfeiçoamento.

Nesse sistema não há lugar, nem deverá haver, para irresponsáveis atitudes de pura contestação às próprias regras do jogo democrático. Valer-se das franquias democráticas para destruí-las na primeira oportunidade que se lhes apresente, é tática sedição, tantas vezes denunciada, mas nem por isso menos eficiente nas conjunturas a ela propícias, de apatia, de insegurança ou de medo quanto ao futuro de que se têm valido sempre os eternos inimigos da

democracia, para solapá-la aos poucos e, ao fim, liquidá-la.

Ao Governo cabe-lhe velar para que isso não ocorra. E, pois, os instrumentos de exceção que lhe foram deferidos à sua instauração, não os relegarei de forma alguma; antes, estou disposto a acioná-los sempre, quando isso venha a impor-se para garantir a marcha que já empreendemos para o desenvolvimento político, eficaz e sadio, de nosso país.

Passado o prélio das urnas, eu vos concito, cidadãos de todos os quadrantes do território brasileiro, a redobrar esforços no trabalho do dia-a-dia. Prosseguiremos incansáveis na implementação efetiva do II Plano Nacional de Desenvolvimento, inspirados no princípio que, desde a primeira hora, assim defini: «o homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional».

O ano de 1975 encontra-nos bem melhor aparelhados para enfrentar as dificuldades, de origem sobretudo exterior, que ainda continuarão a nos assaltar. A inflação está controlada; as distorções mais sérias foram corrigidas. Não há desemprego. Prenunciam-se boas safras de norte a sul. A indústria continua em expansão. É tanto nesse setor, como na agropecuária e no comércio, a empresa privada conta com decidido e vigilante apoio do governo. Novas e importantes reservas minerais — ferro, manganês,

zinco, bauxita, caulim, linhito e, particularmente, fosfato — estão sendo descobertas, em larga escala, e, presentemente, em fase de avaliação, para que, em curto prazo, venham a ser exploradas. Excessos de importações, muitos deles de fundo especulativo, acumularam estoques vultosos de muitos produtos que, agora e necessariamente, terão de ser entregues ao consumo, aliviando substancialmente nossa balança comercial. O Brasil afirmou-se ainda mais, no confronto mundial, como um oásis de tranqüilidade e de ordem, de estabilidade política e de generosas e multiformes oportunidades de investimento. Por isso e apesar da quase generalizada iliquidez internacional, continuará o afluxo de capitais, tanto de empréstimo, como de risco, graças também a novas alternativas que se entreabrem, cheias de potencialidade. A recente descoberta de promissoras jazidas de petróleo na plataforma nordestina e, principalmente, ao largo da costa de Campos, no novo Estado do Rio de Janeiro, coroando longo período de exaustivas pesquisas da Petrobrás, amplia-nos, desde logo, a credibilidade nos círculos financeiros internacionais. E o que é mais importante, abre-nos a perspectiva segura, daqui a poucos anos de trabalhos intensivos de avaliação e desenvolvimento, de ampliar expressivamente a produção nacional de petróleo, sendo possível admitir-se mesmo que há perspectivas reais de que venhamos a alcançar, com essa produção,

níveis de auto-suficiência no setor estratégico da energia, complementando as disponibilidades de recursos hidrelétricos, carboníferos e nucleares, todos objeto de amplos e acelerados programas de exploração.

O Brasil — hoje em busca ainda de seus altos destinos — será proximamente um país diferente, decolando, em segurança, para o plano das nações mais desenvolvidas.

Esse é o Brasil que estamos construindo com redobrados esforços e os ásperos sacrifícios de hoje e de amanhã. É dever nosso, dos mais justos e honrosos, fazê-lo, com ardor e com fé, para legar às gerações futuras uma nação engrandecida. Congregados assim, por esse alevantado ideal, esperemos em Deus que 1975 seja um ano pleno de realizações e de felicidade para todos os que vivem nesta pátria brasileira.

I N D I C E

1 — Discurso de transmissão do cargo de presidente da Petrobrás (apenas introdução)	5
2 — Discurso perante a Convenção Nacional da ARENA	7
3 — Saudação ao Povo Brasileiro, pela televisão, em 15 de janeiro de 1974, após a decisão do Colégio Eleitoral	21
4 — Discurso proferido na transmissão do poder em 15 de março de 1974, no Palácio do Planalto	27
5 — Primeira reunião ministerial em 19 de março de 1974	31
6 — Pela televisão, na noite de 31 de março de 1974, décimo aniversário da Revolução	61
7 — Saudação ao Presidente Figueres, da Costa Rica, em 4 de abril de 1974	67
8 — Discurso proferido durante a visita a Cochabamba, em 22 de abril de 1974, na presença do Presidente Banzer, da Bolívia	73
9 — Discurso feito durante a Cerimônia de Assinatura do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, em 22 de abril de 1974	75
10 — Saudação ao Povo do Departamento de Santa Cruz (Bolívia), em 22 de abril de 1974	81
11 — Discurso proferido, em Brasília, em 1.º de maio de 1974, no Dia Universal do Trabalho	83
12 — Discurso de saudação ao Presidente Alfredo Stroessner, do Paraguai, em Foz do Iguaçu, 17 de maio de 1974	87
13 — Discurso feito, em solo paraguaio, durante as Cerimônias da Instalação de Itaipu, em 17 de maio de 1974	91

14 — Cerimônia de posse do Ministro Nascimento e Silva, na Pasta da Previdência e Assistência Social, em 4 de julho de 1974	93
15 — Discurso proferido durante a Cerimônia de Condecoração do Presidente Echeverria, do México, em 23 de julho de 1974	97
16 — Discurso pronunciado durante a Cerimônia de Assinatura de Acordos entre o México e Brasil, em 24 de julho de 1974	99
17 — Saudação ao Presidente Echeverria, do México, em 24 de julho de 1974	103
18 — Assinatura do Programa de Construção Naval, na Guanabara, em 5 de agosto de 1974	109
19 — Discurso feito aos dirigentes da ARENA, no Palácio da Alvorada, em 29 de agosto de 1974	113
20 — Reunião ministerial de encaminhamento ao Congresso Nacional do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em 10 de setembro de 1974	123
21 — Saudação ao Senhor Kakuei Tanaka, Primeiro Ministro do Japão, no jantar oferecido em 16 de setembro de 1974	133
22 — Discurso na SUDAM, durante visita ao Pará, em 27 de setembro de 1974	139
23 — Discurso feito perante o II Encontro Nacional de Exportadores, em 30 de setembro de 1974	145
24 — Discurso em Curitiba, dando início ao PROAGRO, em 10 de outubro de 1974	153
25 — Discurso pronunciado durante o lançamento do Programa de Desenvolvimento Ferroviário, em 18 de outubro de 1974	163
26 — Discurso proferido durante a Abertura do Congresso Sobre Acidentes do Trabalho, em São Paulo, em 27 de outubro de 1974	169
27 — Saudação ao Povo Brasileiro, pela Televisão, em 30 de dezembro de 1974	177

COMPOSTO E IMPRESSO
NO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
EM FEVEREIRO DE 1975
BRASÍLIA